

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NATHÁLIA LIMA ROMEIRO

O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM INFORMAÇÃO:
um estudo de caso na comunidade quilombola de Santana

Rio de Janeiro
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NATHÁLIA LIMA ROMEIRO

O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM INFORMAÇÃO:
UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTANA

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Escola de Biblioteconomia
da Universidade Federal do Estado do Rio
de Janeiro como requisito parcial à
obtenção do grau de Licenciatura em
Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^a MSc. Daniela Spudeit

Rio de Janeiro
2015

R763d Romeiro, Nathália Lima.

O desenvolvimento de competências em informação um estudo de caso na comunidade quilombola de Santana / Nathália Lima Romeiro. – 2015.

81 f. : 30 cm.

Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Licenciatura em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Bibliografia: f. 75-81.

1. Competência em Informação. 2. Quilombos. I. Título.

CDD 025

NATHÁLIA LIMA ROMEIRO

O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS INFORMACIONAIS:
um estudo de caso na comunidade quilombola de Santana

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Biblioteconomia
da Universidade Federal do Estado do Rio
de Janeiro, como requisito parcial à
obtenção do grau de Licenciatura em
Biblioteconomia

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Prof^a MSc. Daniela F. A. O. Spudeit – Orientadora
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof.^a Dra- Simone da Rocha Weitzel - Avaliadora
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda - Avaliador
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

AGRADECIMENTOS

Aos Orixás, pretos velhos, caboclos, guardiões e erês por me transmitirem o equilíbrio necessário na superação das dificuldades enfrentadas ao longo deste trabalho. A Escola de Biblioteconomia (EB) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), contemplando a direção, a coordenação da Licenciatura em Biblioteconomia, ao corpo docente e técnicos administrativos, por transformarem os últimos cinco anos em anos de intenso aprendizado acadêmico, profissional e pessoal. A professora Doutora Maria Amélia Reis e a todas as pessoas que fizeram parte do NIESC por serem uma equipe unida, idealista, justa e acima de tudo a família acadêmica que tive a honra de compartilhar os quatro anos em que fui bolsista do projeto. A minha orientadora, Professora Daniela Spudeit, pela paciência, pela cobrança quando necessário, pela fé que me confiou e principalmente por me mostrar a essência do SER professor. A minha família, por compreenderem a ausência quando os compromissos acadêmicos exigiram maior dedicação. Agradeço o amor transmitido, a fé depositada, e, principalmente o apoio nas minhas escolhas ao longo da vida. Agradeço aos amigos que já conhecia e os que conheci na universidade, por serem absolutamente incríveis em sua cumplicidade. Obrigada por dividirem o sabor, o riso, as mãos, os ouvidos e as palavras comigo durante todos esses anos. À comunidade quilombola de Santana, por serem fonte de inspiração desse trabalho, pelo exemplo de luta, união, sabedoria e justiça que me foram compartilhados nesses anos de convivência. Em especial, a primeira turma de formandos da Licenciatura em Biblioteconomia, que tive a sorte de ter ao lado na luta pelo curso, pela construção da nossa identidade, e futuramente, por serem os guerreiros desbravadores que terei a honra de ver vencer no mercado de trabalho, foi uma honra estar com vocês.

RESUMO

Este trabalho aborda o desenvolvimento de competências em informação, é um estudo de caso realizado no Quilombo de Santana. Tem como objetivo geral a proposta de um programa de competência em informação para o ensino fundamental da comunidade quilombola de Santana. A metodologia adotada se caracteriza como descritiva e exploratória onde se buscou conhecer o histórico, dimensões, diretrizes e etapas para o desenvolvimento da competência em informação. Os resultados desta investigação contemplam o relato de experiência das atividades de competência em informação desenvolvidas na comunidade quilombola de Santana como bolsista de extensão do PROETNO/NIESC da UNIRIO e a proposta do Programa de Competência em Informação para as Comunidades Quilombolas. O programa assume uma estrutura cíclica, pois vislumbra o processo de pesquisa como algo contínuo, e possui como identidade a promoção da democracia e a autonomia pelo aprendizado, foi constituído de seis etapas nas quais serão desenvolvidas atividades para tornar docentes e discentes competentes em informação. Conclui que a criação de programas de competência em informação desenvolve o tema na Biblioteconomia, amplia o campo de atuação do licenciado em Biblioteconomia e possibilita a comunidade quilombola de Santana a autonomia no acesso e uso da informação para o exercício da cidadania e na promoção da pesquisa escolar.

Palavras-Chaves: Competência em Informação. Quilombos. Educação quilombola.
Programa de Competência em informação. Quilombo de Santana.

ABSTRACT

This paper discusses the development of Information Literacy, Is the result of the case study in Quilombo de Santana. The general objective of the proposal for a information literacy program for elementary schools of the quilombo community of Santana. The methodology is characterized as descriptive and exploratory where he sought to know the history, dimensions, guidelines and steps for the development of information literacy. The results of this research include the experience as an extension of the scholarship PROETNO / NIESC of UNIRIO report of the competing activities on information developed in the Quilombo community of Santana and the proposal of Information Literacy Model for the Quilombo Communities. The program assumes a cyclic structure as it sees the process of research as something solid, and has identity as the promotion of democracy and autonomy of learning, it consisted of six stages in which activities will be developed to become competent teachers and students in information. Concludes that the creation of competence programs for information develops the theme in the Library Science , extends the degree in library science and enables the Quilombola community of Santana autonomy in access to and use of information for the exercise of citizenship and the promotion of research school .

Keywords: Information literacy. Quilombos. Quilombola education. Information literacy model. Quilombo of Santana.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Atividades para o primeiro, segundo e terceiro ano do ensino fundamental.....	58
Tabela 2	Atividades para o quarto e quinto ano do ensino fundamental.....	60
Tabela 3	Atividades para o sexto e sétimo ano do ensino fundamental.....	63
Tabela 4	Monografia	67
Tabela 5	Planejamento de Eventos	67

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Seven Pilars of information Literacy.....	27
----------	---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	– Associação Brasileira de Normas Técnicas.
ALA	– American Library Association.
BRAPCI	– Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação.
COINFO	– Competência em informação.
CONAE	– Conferência Nacional de Educação
EUA	– Estados Unidos da America.
FCP	– Fundação Cultural Palmares
IFLA	– International Federation of Library Associations.
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISP	– Information Search Process.
MEC	– Ministério da Educação.
NIESC	– Núcleo Intra-Transdisciplinar de Educação Saúde Sexualidade e Cultura.
PLUS	– Purpose, Location, Use, Self evaluation.
PPP	– Projeto Político Pedagógico.
PROETNO	– Programa Etnoconhecimento para um Etno-reconhecimento.
SCIELO	– Scientific Eletronic Library Online.
SCONUL	– Society of College, National and University Libraries.
SEPPIR	– Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SECAD	– Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
TIC	– Tecnologia da Informação e Comunicação.
UFRGS	– Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
UFMG	– Universidade Federal de Minas Gerais.
UNESCO	– United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.
UNESP	– Universidade Estadual de São Paulo.
UNIRIO	– Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	Justificativa.....	15
1.2	Objetivos.....	17
1.3	Estrutura do trabalho.....	17
2	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	19
2.1	Trajetória conceitual da competência em informação	19
2.2	Importância, etapas, dimensões e diretrizes para o desenvolvimento de competência em informação.....	23
2.3	Programas, indicadores e modelos para desenvolvimento de competência em informação.....	32
2.4	Os Quilombos e a Educação Quilombola no Brasil.....	34
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	41
3.1	Caracterização da pesquisa.....	41
3.2	Universo da pesquisa.....	42
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	43
4.1	Relato de experiência das atividades desenvolvidas na Comunidade Quilombo de Santana.....	43
4.1.1	A comunidade quilombola de Santana e a Escola Municipal Quilombola de Santana.....	43
4.1.2	O NIESC na escola.....	45
4.1.3	O projeto de competência em informação.....	46
4.2	Programa para desenvolvimento de competências informacionais na comunidade quilombola de Santana.....	52
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
	REFERÊNCIAS.....	75

1 INTRODUÇÃO

Com a chegada do capitalismo no século XIX houvera mudanças no comportamento das pessoas configurando uma nova forma de vida, alterando também a circulação de mercadorias e moedas em todo o mundo (PAULA, 2002). Sob o viés econômico, cada vez mais se buscou maneiras de acelerar o processo de produção, comercialização e segurança sobre a propriedade privada. Com isto, os avanços tecnológicos, após as grandes guerras mundiais, modificaram a sociedade sob diversas perspectivas, sobretudo no que tange a inovação dos meios de comunicação que envolve o fluxo informacional. Desde então, o tempo passou a ser valioso para essa nova sociedade, assim como a circulação de informações transmitidas pelas empresas, bem como a salvaguarda e uso das informações passaram a ser preocupações cada vez mais constantes (DURIGAN, MORENO, 2013).

Acredita-se que o período de guerra fria compreendido entre 1947 – 1991 (HOBSBAWM, 1995) contribuiu para a criação e o aperfeiçoamento de diversas tecnologias de informação e comunicação, dentre elas: cinema, rádio, televisão e internet bem como computadores, celulares entre outros aparelhos que modificaram o *habitus* da sociedade. Surge assim, nos anos 1990, sobretudo nos EUA e na Europa, o termo sociedade de informação, que de acordo com Assman (2000, p.8):

[...] é a sociedade que está actualmente a constituir-se, na qual são amplamente utilizadas tecnologias de armazenamento e transmissão de dados e informação de baixo custo. Esta generalização da utilização da informação e dos dados é acompanhada por inovações organizacionais, comerciais, sociais e jurídicas que alterarão profundamente o modo de vida tanto no mundo do trabalho como na sociedade em geral.

As transformações oriundas da sociedade da informação envolveram diversas esferas para desenvolvimento da sociedade, destacam-se para esta investigação, as mudanças ocorridas no âmbito educacional, pois a pesquisa e o desenvolvimento científico proporcionam produtos e serviços singulares para as empresas e organizações em geral. Para que isto ocorra, é necessário qualificar as pessoas, sobretudo, quanto a pesquisa e o uso da informação.

Ao falar em capacitação, não se busca apenas o desenvolvimento de habilidades para suprir uma demanda profissional, acredita-se que a educação deve

ser abordada para proporcionar uma aprendizagem constante para promover o desenvolvimento humano.

Neste bojo, Delors e outros (1999, p. 82) salientam que “Ela [a Educação] deve, de fato, fazer com que cada um tome o seu destino nas mãos e contribua para o progresso da sociedade em que vive, baseando o desenvolvimento na participação responsável dos indivíduos e das comunidades”. Com base nesta perspectiva, pode-se dizer que a educação começa junto ao desenvolvimento cognitivo do indivíduo, ou seja, para desenvolver a sociedade, intelectual e economicamente, é necessário construir o conhecimento com o indivíduo desde o início de sua formação, na educação básica.

Desde as primeiras décadas do século XX, foram desenvolvidas metodologias educacionais a fim de modificar o cenário da educação tradicional (mecanizada), bastante discutida nos escritos de Freire (2014) como educação bancária caracterizada como o depósito de informações sem a realização de uma análise crítica (por docentes e discentes) dos conteúdos curriculares.

Essas metodologias visam a educação significativa defendidas por Dewey, Piaget, Vygotsky, Paulo Freire, Anízio Teixeira e Darcy Ribeiro que trouxeram novas perspectivas para a relação ensino-aprendizagem tornando a educação antes tradicional e individualista agora permanente e social. Entretanto, em regiões periféricas e afastadas das grandes cidades ainda predomina a metodologia tradicional conforme explica Gadotti (2000).

Na tentativa de modificar esse cenário, Morin (2000) estabeleceu os sete saberes necessários para a educação do futuro que discutem as responsabilidades da humanidade frente aos problemas sociais e como a educação pode modificar os problemas fortalecendo o pensamento crítico e valorizando a noção de justiça. Para o autor, não se pode desenvolver uma autêntica educação se esta não se apoia na justiça, na democracia verdadeira, na igualdade e na harmonia com o entorno (MORIN, 2014). Os sete saberes são:

- **As cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão:** consiste na busca de um conhecimento capaz de criticar o próprio conhecimento.
- **Os princípios do conhecimento pertinente:** O educando teria a capacidade de discernir as informações chave numa pesquisa, tendo claros os princípios do conhecimento pertinente.

- **Ensinar a condição humana:** Compreender as características comuns aos seres humanos, como um ser físico, biológico, psicológico, social e cultural e compreender as diversidades dos povos.
- **Ensinar a identidade terrena:** É preciso compreender a condição do mundo humano, contemplando as conquistas da era planetária.
- **Enfrentar as incertezas:** É preciso ensinar os estudantes a pensar o imprevisto, intervir no futuro através das ações do presente.
- **Ensinar a compreensão:** Melhorar a compreensão através do respeito as ideias dos outros e aos modos de vida, é preciso estudar a incompreensão, o racismo, a xenofobia, o dogmatismo para extingui-los da sociedade.
- **A ética do gênero humano:** Ensinar que a democracia é um dever ético, os estudantes devem compreender a natureza “trinitária” do ser humano: indivíduo-sociedade-espécie.

Outro trabalho norteador quanto às perspectivas de mudanças no processo educativo é o trabalho de Jacques Delors e sua equipe que apresentaram os conceitos de fundamentos da educação, baseados no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI.

De acordo com o documento, foram propostos quatro pilares da educação que podem suprir as necessidades globais de educação e diminuir as fronteiras que separam a disparidade de qualidade entre países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Delors e outros (1999) explicam os quatro pilares que compreendem: **Aprender a conhecer** (pretende que cada um aprenda a compreender o mundo que o rodeia); **Aprender a fazer** (indissociável do aprender a conhecer e se relaciona ao conjunto de habilidades requeridas); **Aprender a viver juntos/Aprender a viver com os outros** (aborda o conviver e interagir pacificamente com os demais); e **Aprender a ser** (onde a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa).

Embora os quatro pilares sejam diretrizes e uma esperança para uma educação ideal, atualmente, apenas o **aprender a conhecer** e por vezes o **aprender a fazer** são empregados nas instituições de ensino (DELORS ET AL,

1999). Ainda caminha-se a passos lentos a vista da educação ideal para o futuro, diante disto, será adotada a expressão aprender a aprender como a que melhor representa a necessidade de desenvolvimento e autonomia educativa da pessoa.

Para desenvolver a habilidade de aprender a aprender é preciso que se desenvolvam competências para a promoção do aprendizado libertário, para isto, elenca-se o papel do Licenciado em Biblioteconomia como o profissional da educação mais indicado para atuar nesse cenário junto aos professores e bibliotecários nas instituições de ensino e em projetos que tenham como objetivo a autonomia na pesquisa buscando o aprender a aprender.

Neste propósito, apresenta-se o desenvolvimento de competência em informação como metodologia para proporcionar o aprendizado contínuo. Campello (2003) explica que a competência em informação é um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que visam despertar o interesse pela pesquisa bem como a autonomia para desenvolvê-la ao longo da vida.

A partir do contexto apresentado, a pesquisa discorre sobre um estudo de caso desenvolvido na comunidade quilombola de Santana realizado durante os anos de 2011 a 2013 junto ao Programa Etnoconhecimento para um Etno-reconhecimento (PROETNO), pertencente ao Núcleo Intra-transdisciplinar de Educação, Saúde, Sexualidade e Cultura (NIESC) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). O projeto de extensão PROETNO foi coordenado pela professora doutora Maria Amélia Reis, que estruturou o programa com objetivo de superar as lógicas que apontam para a ideia de um saber único (educação tradicional) que desconsideram as diferenças culturais, para isto, assumiu como objetivos específicos:

a) a busca de caminhos para a melhoria da educação a partir da ideia de um museu educativo; b) a valorização da ideologia intercultural e a afirmação de uma identidade pluricultural; c) a organização de uma rede de saberes em que se incluem as dimensões do socioculturais e étnicas do conhecimento (saber), do modo de fazer (competências), do modo de ser e estar com os outros (representações sociais, atitudes e valores); d) a efetivação da educação intercultural visando o compromisso democrático e emancipatório da sociedade na superação dos altos graus de preconceitos, intolerâncias e violências contra os diferentes. (REIS, 2011, p. 6)

Neste programa, foram desenvolvidas várias ações, tais como: a documentação da trajetória histórica do Quilombo de Santana; a promoção da

educação diferenciada; a valorização da cultura afro-brasileira e sua implementação na escola como prevista na lei 10.639 (BRASIL, 2003); e entre elas, o desenvolvimento de determinadas habilidades de uso da informação atendida na comunidade quilombola visando a busca pelos direitos da comunidade.

A comunidade Quilombola de Santana reside no município de Quatis-RJ desde início do século XIX quando recebeu suas terras como herança de Dona Maria Isabel Marques Ribeiro, dona da fazenda Retiro – onde atualmente está situada a comunidade. A localização geográfica é afastada do centro urbano de Quatis, o que faz com que o acesso ao centro urbano, o uso de internet, ou o acesso a qualquer outra fonte de informação seja limitado. A comunidade sobrevive basicamente do que retira da terra, a maioria das famílias recebe algum subsídio do governo, e grande parte dos moradores tem baixa escolaridade – muitos adultos apenas sabem assinar o próprio nome. Esses fatos limitaram o conhecimento a respeito dos direitos dos quilombolas enquanto cidadãos (ROMEIRO, 2012).

Neste bojo, a partir desse estudo de caso e de uma pesquisa bibliográfica e documental, foi proposto um programa de Competência em Informação específico para atender as necessidades identificadas nos quilombolas de Santana, haja vista que estudam, em sua maioria, sob o modelo de educação tradicional e têm o acesso à informação limitado, principalmente por viverem afastados das grandes cidades.

O interesse por esta pesquisa surgiu a partir da seguinte questão norteadora que se configura como o problema de pesquisa: Como ensinar a comunidade Quilombola de Santana a buscar as informações que lhe faltam à respeito de seus direitos enquanto comunidade tradicional?

Com este trabalho, evidencia-se que a Biblioteconomia e a Educação devem ser entendidas como áreas complementares na perspectiva da Competência em Informação.

1.1 Justificativa

A participação no projeto de extensão universitária NIESC/PROETNO com a Comunidade quilombola de Santana, proporcionou o contato com outro formato de organização social. Ao observar o modo de vida no quilombo, pode-se constatar a simplicidade de seus moradores e identificar a carência de políticas públicas que a comunidade enfrentou desde sua formação, devido, principalmente a limitações de

acesso à informação e à educação. A escola do quilombo, que se conhece hoje, somente foi inaugurada no ano de 1988, mesmo a comunidade já residindo no local há mais de um século (NASCIMENTO ET AL, 2013).

Os problemas de acesso à informação na comunidade se dão pelo fato de a maior parte da população ter apenas o primeiro segmento do ensino fundamental completo, cursado sob a perspectiva da educação tradicional. Grande parte deste grupo, principalmente as pessoas acima de 40 anos, apenas sabem escrever o próprio nome.

A localização do quilombo também é motivo de preocupação no que tange o acesso à informação, pois se encontra distante tanto do centro do município de Quatis-RJ, quanto da capital do estado do Rio de Janeiro, cerca de 150 km. Como não havia transportes públicos entre as localidades até meados dos anos 1990, o acesso à educação era limitado até o quinto ano do fundamental. Esse cenário só foi revertido com a mudança na política local e troca de direção da escola Municipal Quilombola de Santana no ano de 2011, a partir de então a escola passou a ter o ensino fundamental completo (da educação infantil ao nono ano), quando foi possível a realização da parceria com o NIESC.

Ao conhecer a comunidade, pode-se observar que a mesma não conhecia sua história. Muitos moradores por serem analfabetos não compreendiam a importância dos registros documentais, principalmente com a série de invasões em seus territórios ao longo do tempo, visto que elementos históricos e culturais se perderam. A falta de informação, sobretudo sobre o conceito de quilombo, não só afastou a comunidade, gerando conflitos internos (já que até os anos 2000 o termo quilombo era considerado pejorativo), como também ocasionou o êxodo e perda da terra de alguns moradores.

A presença do Licenciado em Biblioteconomia, enquanto futuro educador e profissional da informação no projeto (PROETNO) se fez necessária por haver, uma carência de informações a respeito da história, bem como desenvolvimento e fortalecimento da comunidade quilombola de Santana.

De acordo com Cunha (2010) a missão do profissional da informação é satisfazer a necessidades informacionais de seus usuários, pois as mesmas são estáveis e permanentes. Por isso, a comunidade quilombola de Santana apresentou um novo desafio para o profissional da informação, pois se tratava de um espaço não tradicional de atuação, seja para o bacharel ou licenciado em Biblioteconomia,

porém de grande necessidade para ajudar a comunidade. Sendo assim, a motivação pessoal para esta investigação é que o acesso e uso das informações trabalhados no projeto de competência em informação em parceria com a escola possam contribuir para que os moradores compreendam seu espaço, seus direitos, sua identidade, sua trajetória e a modifiquem seu futuro.

A pesquisa é relevante para a Licenciatura em Biblioteconomia, por mostrar outros espaços de atuação deste profissional, em atividade docente e junto a escola, o licenciado tem em sua missão profissional e na sua formação o dever de atuar educando, por isso a competência em informação se torna uma área de pesquisa compatível com as propostas da missão da profissão a fim de atender o público-alvo deste trabalho, formado pela comunidade escolar do Quilombo de Santana.

1.2 Objetivos

De acordo com o contexto apresentado e a problemática envolvida, elencou-se como objetivo geral desse trabalho: Propor um programa de competência em informação para o ensino fundamental da comunidade quilombola de Santana para que a comunidade compreenda sua história, seus direitos e se desenvolva de maneira autônoma através da educação. Para atender a esse objetivo, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Conhecer o histórico, dimensões e diretrizes que pautam o movimento da Competência em Informação internacionalmente para investigar a trajetória do tema.
- Apresentar as etapas e os programas para desenvolvimento de competência informacional existentes.
- Relatar a experiência das atividades de Competência em informação (projeto e oficina) desenvolvidas na Comunidade Quilombola de Santana.
- Construir o programa específico de competência em informação para o ensino fundamental da Escola Municipal de Santana para atender que a comunidade possa se desenvolver.

1.3 Estrutura do trabalho

Esta investigação foi estruturada em cinco seções: A introdução que contemplou a contextualização do tema da pesquisa, apresentou a justificativa e objetivos geral e específicos do trabalho.

A segunda seção discorre sobre o referencial teórico da pesquisa, para isto, foi dividida em quatro subseções, sendo que a primeira aborda a trajetória conceitual da Competência em Informação desde os fatores que influenciaram a área, bem como a linha do tempo que aborda o desenvolvimento do tema. A segunda subseção trata da importância, etapas, dimensões e diretrizes para desenvolvimento de competências informacionais, a terceira subseção apresenta os principais programas de competência em informação em diversos países. Salienta também a importância de se elaborar programas de competência em informação no Brasil, haja vista que são poucos os existentes. A quarta subseção, por fim, aborda a trajetória dos Quilombos e a educação quilombola no Brasil.

A terceira seção esclarece os procedimentos metodológicos utilizados, onde apresenta a caracterização e tipologia da pesquisa segundo os objetivos e meios, o universo da pesquisa e demais informações pertinentes.

A quarta seção apresenta os resultados desta investigação no qual contempla o relato de experiência das atividades de competência em informação desenvolvidas na comunidade quilombola de Santana como bolsista de extensão do NIESC/PROETNO nos anos 2011 e 2012. E, no segundo momento, propõe o Programa de Competência em Informação para a Escola Municipal de Santana.

A quinta seção apresenta as considerações finais do trabalho contemplando as percepções sobre a comunidade e a trajetória do projeto de Competência em informação iniciado em 2011 e o programa proposto na quarta seção. Apresenta as limitações do estudo e a relevância desta pesquisa para a Biblioteconomia, para o Licenciado em Biblioteconomia e os benefícios que trará para a comunidade quilombola de Santana se o projeto for aplicado.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Esta seção contempla o referencial teórico deste trabalho, para isto, foi dividido em três subseções. A primeira aborda a trajetória conceitual da Competência em informação desde os fatores que influenciaram a área bem como a linha do tempo que aborda o desenvolvimento do tema. A segunda subseção trata da importância, etapas, dimensões e diretrizes para desenvolvimento de competências informacionais. A terceira subseção apresenta os principais programas de competência em informação em diversos países, salienta também a importância de se elaborar programas de competência em informação no Brasil, haja vista que são poucos os existentes. A quarta subseção aborda a trajetória dos Quilombos e a educação quilombola no Brasil.

Para esta seção, quando abordado sobre competência em informação foram utilizadas as pesquisas dos autores: Breivik (1985), Kuhlthau (1989), Caregnato (2000), Campello (2002; 2003), Dudziak (2003; 2010), Belluzzo (2005; 2007), Vitorino e Piantola (2009), Gasque (2010), Siqueira e Siqueira (2012), Ropé e Tanguy (1997), os sete pilares da competência em informação (SCONUL, 1999), as dimensões de Vitorino (2011), os manifestos da IFLA (1998) e UNESCO (2008), a carta de Marília (2014), Wolf, Brush e Saye (2003), e o documento da ALA (1989).

Para abordar a trajetória dos quilombos e educação quilombola no Brasil foram utilizadas as seguintes fontes: Silva (1996), Schimit, Turatti e Carvalho (2002), Leite (2000), Arruti (2006) Silva (2008), Barros (2011), Silva (2012), Pereira e Mendonça (2014) e Oliveira (2014) assim como os documentos norteadores: o Plano Nacional para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2003), as Diretrizes para a Educação para as Relações Raciais Brasileiras (2005) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2011).

2.1 Trajetória conceitual da competência em informação

A competência em informação, conceitualmente, sofreu diversas mudanças enquanto área de pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Vitorino e Piantola (2009) explicam que o termo foi traduzido de *information literacy* e que

surgiu nos Estados Unidos da América (EUA) na década de 1970, mas com significados e características diferentes do que se conhece atualmente.

Embora a competência em informação tenha começado a ser estudada no Brasil somente no início dos anos 2000, o assunto já é discutido e trabalhado em outros países desde a década de 1970. Dudziak (2003) explica que o termo está ligado ao conceito de sociedade da informação uma vez que, após a Segunda Guerra Mundial no período conhecido como Guerra Fria as necessidades informacionais, sobretudo para atender as demandas mercadológicas, representaram também uma importância social devido ao desenvolvimento de novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Partindo do pressuposto de competência em informação estar ligado ao termo sociedade da informação, quando pesquisado em bases de dados como a BRAPCI e a Scielo, por exemplo, é possível encontrar também os termos em inglês, e espanhol, português: *Information Skills*, *information literate*, *information competence*, *life long learning*, *alfabetización informacional*, *alfabetización em información*, literacia em informação, letramento informacional e alfabetização informacional.

Nos EUA, a *information literacy* foi utilizada pela primeira vez pelo bibliotecário americano Paul G. Zurkowski com a missão de estabelecer as diretrizes para um programa nacional de preparação e acesso universal à informação, que seria concluído até 1984 (DUDZIAK, 2010). O projeto objetivava o desenvolvimento de habilidades de busca em bases de dados para a recuperação da informação.

No ano de 1979, o artigo de Taylor (1979) aproxima ainda mais o termo *information literacy* do bibliotecário, elencando o termo como uma das seis áreas promissoras no campo da Biblioteconomia, este é o primeiro autor que discute a perspectiva educativa da área, pois o autor trata a *information literacy* como um aspecto educativo da profissão (GASQUE, 2010).

A década de 1980 é marcada pelo desenvolvimento do conceito sob o aspecto educativo, Patricia Breivik (1985) diz que a *Information Literacy* é a atividade mais importante a ser desenvolvida pelo bibliotecário para o usuário universitário, pois os discentes já não se satisfaziam mais apenas com os livros e textos acadêmicos e era preciso dar a eles condições de obter mais informações de uma forma melhor que o serviço existente na biblioteca para o atendimento ao usuário. Em 1987, na monografia de Carol Kuhlthau, pode-se ver também que o acesso

amplo aos recursos informacionais são cruciais para o desenvolvimento estudantil, mais especificamente no ensino médio (DUDZIAK, 2003).

Nas décadas de 1980, 1990 e nos anos 2000, a pesquisa avança ultrapassando as discussões conceituais, diversas diretrizes e modelos de aplicação da *Information Literacy* são propostos. A maioria visa o desenvolvimento de habilidades informacionais durante a formação básica como por exemplo: o *Information Search Process* (ISP) de Carol Kuhlthau em 1987; o *Big Six Skills* de Eisenberg e Berkowitz em 1988; o *Research Cycle*, modelo de James Mackenzie feito em 1995 nos EUA; o modelo PLUS de James E. Herring proposto em 1996 no Reino Unido; o modelo EXIT de Wray e Lewis concebido em 1997 em Londres; Modelo de Gávilan em 1996 na Colômbia, entre outros.

Retomando a exposição conceitual, observa-se que em Portugal, Oliveira (1997) aborda o termo sob a tradução alfabetização informacional em sua tese de mestrado, entretanto, não expõe um modelo, apenas procura encontrar nos planos curriculares do 3º ciclo do ensino básico português a intenção de alfabetização informacional, trata-se de uma dissertação focada em discutir o conceito e sua responsabilidade para a aprendizagem na escola. Embora Oliveira o trate como alfabetização Informacional, atualmente o termo *Information Literacy* é traduzido pela maioria dos pesquisadores portugueses da área de Ciência da Informação como Literacia da Informação (GASQUE, 2010).

No Brasil, a perspectiva da *Information Literacy*, começou tarde em relação as discussões que já ocorriam calorosamente no exterior. O termo despertou interesse no universo biblioteconômico no país a partir do artigo “O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede” publicado por Sônia Caregnato (2000), professora no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Neste artigo, a autora traduziu o termo como alfabetização informacional e aborda as necessidades de se desenvolver habilidades informacionais para os usuários de bibliotecas interagirem no ambiente digital.

O conceito passa a permear pelo viés educativo no Brasil quando, em 2002, professora Bernadete Campello, da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) publica um livro sobre o assunto e traduz o termo *Information literacy* para Competência Informacional com o intuito de trabalhá-lo em bibliotecas escolares, pois acreditava que o desenvolvimento de

competências em informação seria a solução para as possíveis mudanças do papel das bibliotecas para a educação do século XXI (CAMPELLO, 2002).

No ano de 2003, Campello (2003) também discute sobre a *information literacy*, mas não propõe uma tradução para o termo, apenas aponta possíveis traduções uma vez que o trabalho não foca em discutir esse ponto.

[...] propõe diversas possibilidades para a tradução do termo: “alfabetização informacional, letramento, literacia, fluência informacional, competência em informação” pelo último, embora acabe por utilizar o termo no original, já que seu trabalho não tem a pretensão de propor uma tradução para o termo “nem resolver eventuais questões de gênero” (CAMPELLO, 2003 p.27)

Campello (2003) destaca ainda mais o caráter educativo do conceito, ainda que o mesmo não represente sua tradução literal, pois considera “[...] que é preciso evitar a utilização irrefletida de um termo que surgiu em circunstâncias históricas peculiares” (CAMPELLO, 2003, p.29). A autora considera também a nomenclatura Letramento Informacional para direcionar a *Information Literacy* na escola. Para a autora, a Competência informacional é uma perspectiva para o letramento informacional, sendo assim, pode-se dizer que a competência, para Campello, seria um processo antecessor ao Letramento cujo objetivo é desenvolver competências em informação na biblioteca escolar, junto aos bibliotecários escolares e professores.

Apesar de muitas vezes representar uma perspectiva educacional, a Competência em Informação não está somente ligada ao contexto escolar, haja vista que, Belluzzo (2005), problematiza que a falta de aplicação e desenvolvimento das competências em informação ocasionam em problemas sociais pois acredita que a “*desinformação*” atinge o homem no que deve ser sua essência: a racionalidade. Para a autora, o desenvolvimento dessas competências tem caráter inclusivo no que tange ao desenvolvimento tecnológico pois está voltado “[...] para a formação de cidadãos capazes de integrarem-se à era digital” (BELLUZZO, 2005, p.31). Já Gasque (2010), defende o uso do termo letramento informacional em detrimento do termo alfabetização informacional e explica as diferenças

A alfabetização vincula-se ao domínio básico do código da língua, abrangendo conhecimentos e destrezas variados, como a memorização das convenções existentes entre letras/sons, a comparação entre palavras e significados, o conhecimento do

funcionamento do alfabeto, o domínio do traçado das letras e a aprendizagem de instrumentos específicos, como lápis, canetas, papéis, cadernos e computador. O letramento, por sua vez, envolve o conceito de alfabetização, transcendendo a decodificação para situações em que há o uso efetivo da língua nas práticas de interação em um contexto específico. (GASQUE, 2010, p.85)

O termo alfabetização informacional sugere um aspecto tradicional de educação, foi utilizado para remeter a utilização das tecnologias digitais, mas, o mesmo caiu em desuso na cena biblioteconômica mesmo sendo considerado funcional no âmbito social. Então, para traduzir o termo *Information Literacy*, nos últimos cinco anos apenas os termos letramento informacional, competência informacional e competência em informação foram encontrados no ambiente acadêmico até o ano de 2014. (SIQUEIRA, SIQUEIRA, 2012)

Em 2014, na ocasião da realização do III Seminário de Competência em Informação: cenários e tendências”, com o tema central “Competência em Informação e Redes de Conhecimento Colaborativo”, na Cidade de Marília, Estado de São Paulo, em continuidade aos esforços dos I e II Seminários que culminaram com as publicações oficiais da “Declaração de Maceió” e do “Manifesto de Florianópolis”, redigiu-se um documento chamado “A Carta de Marília” onde apresentaram constatações e diretrizes.

Os participantes reafirmam “apoio incondicional à relevância da adoção da Competência em Informação¹ como área estratégica para o desenvolvimento social e humano e a melhoria da qualidade das organizações”. Dessa forma, acreditam que todos terão acesso à informação e poderão “compreender, utilizar e compartilhar a informação necessária para a construção do conhecimento e o alcance de cenários futuros envolvendo ações governamentais, institucionais e da sociedade civil projetados para o período de 2016 a 2030” segundo a Carta de Marília (2014).

2.2 Importância, etapas, dimensões e diretrizes para desenvolvimento de competências informacionais

¹ Os participantes do evento consensuaram sob a adoção do termo Competência em Informação (que será tratado sob a sigla ColInfo) no Brasil.

Ao discutir a competência em informação, é imprescindível apresentar o significado da palavra competência e a importância do seu significado para o termo em análise, de acordo com Ropé (1997, p. 68), competência é o

[...] conjunto de conhecimentos, qualidades, capacidades e aptidões que habilitam para a discussão, a consulta, a decisão de tudo o que concerne o trabalho, a qual supõe conhecimentos fundamentados, acompanhados das qualidades e da capacidade que permitem executar as decisões.

A partir do conceito do autor, pode-se dizer que por ventura, a competência se torna um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que o indivíduo deve ter para realizar uma atividade, pois assume como principal característica ser inseparável da ação (VITORINO; PIANTOLA, 2009). A partir disto, observa-se que a competência caracteriza-se pela tomada de decisão, pelo fazer, pela prática. Então, a Competência em Informação – que é um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que visam a autonomia no processo de pesquisa instigando o aprendizado ao longo da vida, propõe manter sua identidade voltada para a ação, assumindo assim um caráter vivo, haja vista sua importância para o desenvolvimento social.

Como visto no tópico anterior, a competência em informação, durante sua trajetória se desenvolveu de acordo com a demanda do cenário organizacional, educacional e político (DUDZIAK, 2003; BELLUZZO, 2005, VITORINO; PIANTOLA, 2009), desde o surgimento do conceito nos EUA a pesquisa em Competência em Informação foi desenvolvida em três fases de acordo com os escritos de Vitorino e Piantola (2009) e no texto de Siqueira e Siqueira (2012), são elas:

- **Construção de uma base teórico conceitual** – ocorrida nas décadas de 1970 e 1980 focando no desenvolvimento de habilidades informacionais para o uso de tecnologias e nos modelos e normas encontrados nos setores educacionais para facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Caracterizada pela alta criticidade em relação a cientificidade do conceito e pela dificuldade de definir o conceito haja vista as diversas abordagens epistemológicas defendidas.
- **Fase experimental e exploratória** – contemplada na década de 1990. O período aderiu como foco o desenvolvimento das pesquisas no âmbito

educacional voltado para a aplicação de modelos experimentais para o desenvolvimento da Competência em Informação, sobretudo nos estudos cognitivos e construtivistas. É nessa fase que a competência em informação começa a se espalhar por outros países além dos Estados Unidos da América e Reino Unido.

- **Desenvolvimento de uma consciência coletiva** – dos anos 2000 em diante. Fase em que a discussão do papel social da Competência em informação é deflagrado, sobretudo pela expansão do conceito para outras áreas do conhecimento, revelando assim, sua interdisciplinaridade. Esta fase também abarca a visão democrática do conceito e a perspectiva de promover o gosto pelo aprendizado ao longo da vida a fim de construir uma sociedade livre e crítica no que tange o uso da informação.

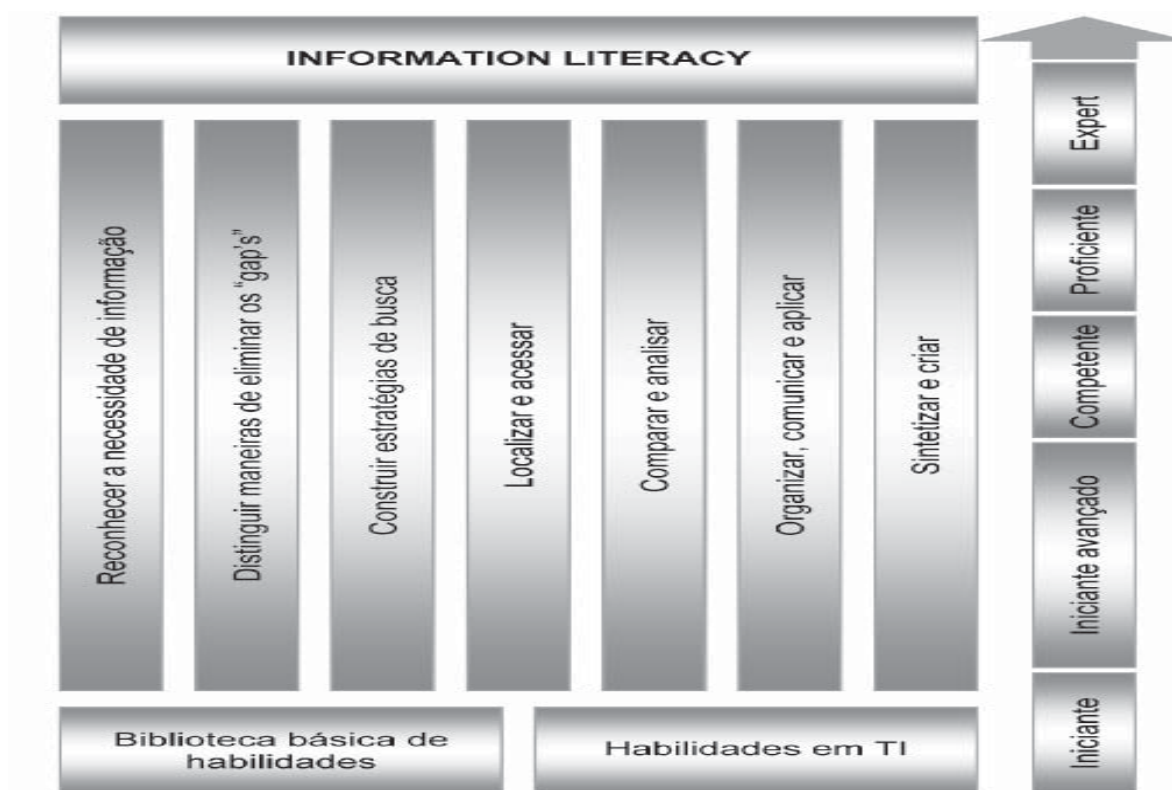
De acordo com os autores, a Competência em Informação no Brasil ainda está na primeira fase, pois, até o ano de 2013 a maioria das pesquisas desenvolvidas buscou discutir a base teórica do conceito, sobretudo referente as traduções de *Information Literacy*. Apenas no final de 2014 durante o III Seminário de Competência em Informação na UNESP campus Marília onde ficou decidida que a terminologia padrão seria Competência em Informação.

Apesar da especulação de ainda estar na primeira fase, acredita-se que a área já avança para a segunda, pois há um despertar para o desenvolvimento de programas de Competência em Informação, como o programa de letramento informacional de Gasque (2012) e o modelo de Belluzzo (2006). Ainda assim, destaca-se a necessidade de se explorar modelos para avançar no desenvolvimento desse campo de pesquisa.

Assim como o desenvolvimento de trabalhos de pesquisadores são importantes para o desenvolvimento da Competência em informação, os eventos acadêmicos (seminários, encontros, congressos, conferências entre outros) também foram de grande importância para o avanço nas pesquisas. Sendo que, um dos eventos mais importantes para o desenvolvimento do tema foi a *Conference of National and University Libraries* no ano de 1999 em Londres, onde foi elaborado o documento *Seven Pillars of Information Literacy* traduzido no Brasil como Os Sete Pilares da Competência em Informação. Nesta conferência foram propostas as

diretrizes nas quais devem ser baseados os modelos de Competência em Informação.

Figura 1 – Os Sete Pilares da Competência em informação



Fonte: Conference of National and University Libraries, SCONUL (1999)

Os pilares foram organizados de forma a mostrar as competências a serem desenvolvidas num processo de pesquisa através das etapas (SCONUL, 1999):

1. **Reconhecer a necessidade de informação** – ter consciência do que é necessário pesquisar, interpretar o que o tema a ser pesquisado;
2. **Distinguir maneiras de eliminar os *gaps*** – compreender as fontes disponíveis e avaliar quais são os melhores recursos para trabalhar o tema da pesquisa;
3. **Construir estratégias de busca** – conhecer as bases de dados, repositórios institucionais, bem como o uso de estratégias que auxiliem a encontrar a informação desejada, como por exemplo o uso de operadores booleanos;

4. **Localizar e acessar** – após conhecer os recursos informacionais, é preciso desenvolver as estratégias que auxiliam a encontrar a informação desejada;
5. **Comparar e analisar** – adquirir a capacidade de ler as informações encontradas com um olhar crítico, selecionando o que realmente é condizente com intuito da pesquisa, avaliar os juízos de valores e preconceitos contidos nas fontes bem como a veracidade do que foi apresentado;
6. **Organizar, comunicar e aplicar** – desenvolver a capacidade de organizar as informações selecionadas de forma que o pesquisador compreenda e depois aplica-las a situações da vida real para resolver os problemas e tomar a decisão de como expor/comunicar as informações por meio de uma apresentação/texto coeso;
7. **Sintetizar e criar** – realizar a síntese de todo o processo de pesquisa e criar ou deduzir novas informações ou fornecer uma outra perspectiva sobre o tema pesquisado.

Os recursos utilizados nos processos de pesquisa podem ser encontrados em bibliotecas, físicas ou virtuais, em dispositivos manuais ou eletrônicos e também é necessário que o pesquisador desenvolva habilidades em tecnologias da informação para que a busca não seja limitada. Os pilares também sugerem que os conteúdos desenvolvidos sejam avaliados a fim de classificar o pesquisador nos seguintes níveis: iniciante, iniciante avançado, competente, proficiente e *expert*.

Nesta mesma abordagem Belluzzo (2011) organizou as seguintes competências para serem desenvolvidas.

1. **Definir a necessidade de informação** – é necessário compreender o contexto da informação que se necessita reconhecendo o objetivo da busca;
2. **Identificar e definir a informação necessária** – aborda o fato de a pessoa não saber exatamente a informação que necessita, por isso é necessário refletir e analisar o que se deseja antes de efetuar a busca;
3. **Saber buscar e encontrar a informação em diferentes fontes** – dada a complexidade da sociedade atual, é preciso conhecer as fontes de

informação e saber utilizar as tecnologias de informação e comunicação em diversos formatos: documento impresso, eletrônico, pessoa (narrativas), organização, entre outros.

4. **Saber analisar, interpretar, avaliar e organizar a informação relevante** – é preciso selecionar as informações relevantes presentes em uma fonte de informação, baseado na compreensão das ideias contidas, após, é necessário reformular conceitos a partir da perspectiva de quem estiver pesquisando. Também é necessário determinar se a informação adquirida é suficiente para satisfazer os objetivos da pesquisa.
5. **Saber utilizar a informação para a solução de problemas** – desenvolver estratégias de recuperação da informação a fim de solucionar os problemas referentes a busca em sistemas de informação, identificar palavras-chave, frases, sinônimos entre outros termos de recuperação da informação para a solução de problemas e então seleciona a informação apropriada para o desenvolvimento da pesquisa.
6. **Avaliar o impacto da informação, agir eticamente e respeitar os direitos autorais** – retrata a compreensão a respeito das questões legais, éticas e socioeconômicas que envolvem a informação, a comunicação e a tecnologia. Respeita a propriedade intelectual e não faz uso do plágio em suas comunicações. Também faz uso das TIC's de maneira responsável.
7. **Sabe apresentar e comunicar a informação produzida** - utiliza apropriadamente a linguagem no discurso citando corretamente todas as referências consultadas, compreende as normas de documentação recomendadas para a área de pesquisa.
8. **Preserva a informação e arquiva para o futuro** – agrega valor a memória cultural compreendendo a importância de se reunir, organizar, preservar e compartilhar conhecimento e informação de forma responsável. Colabora com o desenvolvimento de produtos e serviços de informação mediante redes e uso das TIC's.

As diretrizes de Belluzzo (2011) apresentam aspectos semelhantes aos sete pilares para a competência em informação (SCONUL, 1999), entretanto, pode-se

dizer que as defendidas por Belluzzo são mais completas, uma vez que apresenta a necessidade de se desenvolver competências para preservar e arquivar documentos. Entretanto, a autora não fala sobre a avaliação das etapas.

Dois documentos relevantes para o desenvolvimento da competência em informação são os manifestos da IFLA “Diretrizes sobre o desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente” (LAU, 2008), e da UNESCO “*Towards Information Literacy Indicators / Rumo aos indicadores de Competência em Informação*” (2008) (tradução nossa).

O documento da IFLA foi elaborado com o intuito de ajudar “aos profissionais da informação que trabalham em programas educativos de educação fundamental e educação superior em seus esforços para atender aos requisitos de habilidades em informação na atualidade” (LAU, 2008, p. 1), para isto, apoia uma estrutura conceitual, que pode ser utilizada independente da localização geográfica.

Antes de falar sobre as diretrizes, é necessário destacar a junção proposital dos conceitos de habilidades em informação e aprendizagem permanente como complementares para atender os objetivos de se estabelecer as diretrizes, acredita-se que a junção dos termos propõe a perspectiva de ensinar o sujeito a aprender a aprender para atender a expectativa de aprendizado ao longo da vida que é uma das expectativas que a competência em informação deseja atender (IFLA, 2008). As diretrizes da IFLA são baseadas em três componentes básicos:

1. **Acesso** – o usuário acessa a informação de forma eficaz e eficiente, isto engloba, reconhecer as necessidades de informação, iniciar o processo de busca e localizar a informação, reconhecendo as fontes e elaborando estratégias de busca;
2. **Avaliação** – o usuário avalia a informação de maneira crítica e competente, esta etapa contempla a avaliação da informação na qual extrai a informação, analisa sua relevância, seleciona e sintetiza a informação e a organiza de forma a elencar a melhor e mais útil para a pesquisa;
3. **Uso** – o usuário aplica/usa a informação de maneira precisa e criativa para isto, aplica a informação recuperada apreendendo o conhecimento da pesquisa realizada, depois comunica o que foi aprendido de forma ética respeitando o uso legal da informação de

forma que as informações obtidas sejam referenciadas em respeito à propriedade intelectual de outros.

Essas diretrizes foram desenvolvidas para valorizar o pensamento crítico em contextos educacionais – promovendo a educação continua, e, comerciais – no ambiente de trabalho. O documento aponta que é necessário considerar as especificidades geográficas ao elaborar programas de desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente ou o desenvolvimento de competências em informação que pode-se dizer que engloba ambos os conceitos.

O manifesto da UNESCO (2008) apresenta as diretrizes que devem ser utilizadas para o desenvolvimento de competências em informação no ensino superior, entretanto, menciona que também podem ser utilizados em todos os domínios de desenvolvimento humano, são as diretrizes:

1. **Reconhecer a necessidade de informação** - A consciência de que a informação é necessária para resolver problemas no local de trabalho, para entender as necessidades cívicas, e prever a saúde e bem-estar da família e da comunidade deve ser despertada, esta etapa é também o primeiro passo na diferenciação da recepção passiva da informação dada. Esta consciência da necessidade não é uma capacidade estática, mas que precisa ser aplicada a toda e qualquer situação em que surge. Dever surgir, das necessidade das pessoas escolherem ao invés de aceitar algum dado como informação.
2. **Localizar e avaliar a qualidade da informação** - As habilidades necessárias para localizar informações dependem do contexto em que uma pessoa aplicará as suas habilidades de busca. Em local de trabalho, a informação pode ser localizada nos manuais, em códigos publicados, ou em bancos de dados. Nestas circunstâncias, geralmente há alguma garantia da qualidade da fonte de informação. No entanto, as pessoas procuram cada vez mais informações utilizando motores de busca da Internet muitas vezes onde não existe filtro na qualidade das informações localizadas. Educação e formação são necessárias para ajudar as pessoas a adquirir as habilidades para não apenas localizar, mas também para avaliar as fontes de

informação, e, portanto, indicadores de competência em informação devem incluir esta habilidade.

3. **Armazenar e recuperar informações** - As pessoas sempre se preocupam com o armazenamento de informação e sua recuperação para uso posterior. Por isso, é importante desenvolver esta habilidade.
4. **Fazer uso eficaz e ético da informação** – A eficácia do uso da informação é suscetível de ser incluída no processo de resolução de problemas por meio do pensamento crítico. A consciência da dimensão ética da informação podem não ser bem documentada nos documentos já existentes sobre competência em informação.
5. **Comunicar conhecimento** - O objetivo da competência em informação é capacitar as pessoas para criar novas informações e por isso, utiliza novos conhecimentos apreendidos, sintetiza-os e os comunica, representando desta forma, o produto de sua prática.

Nas diretrizes acima foi mencionado sobre a dimensão ética da competência em informação, além desta dimensão, existem outras três que refletem estas abordagens. Vitorino e Piantola (2011) enfatizam a importância em desenvolver competências em informação baseada em quatro dimensões. As dimensões contemplam as faces da competência em informação, e são elas:

- **Dimensão técnica** – pode ser entendida como uma habilidade para executar uma ação, pois consiste na resolução de um problema. A dimensão técnica refere-se a uma atividade objetiva revelada na ação cotidiana.
- **Dimensão estética** – está relacionada ao estudo filosófico da competência em informação, por meio da arte, ordena a dimensão das percepções pessoais pois acredita-se que é através da sensibilidade e criatividade demandadas da arte que o homem busca atingir harmonia para o bem viver.
- **Dimensão ética** – esta dimensão está relacionada a noção de autonomia difundida pela competência em informação, pois acredita-se que o indivíduo ético decide por si mesmo e pondera suas ações para

o bem coletivo. Aborda a capacidade de o indivíduo competente em informação assumir uma postura crítica valorizando o julgamento como princípio. Acredita-se que todas as outras dimensões contemplem um princípio ético.

- **Dimensão política** – valoriza o exercício da cidadania, pois pretende desenvolver a participação dos indivíduos nas transformações da vida em sociedade, considera a participação pedagógica de transformar homens em cidadãos e que a informação deve ser consumida a partir de um contexto político.

Visando desenvolver a competência em informação com base nas diretrizes e dimensões enfatizadas anteriormente, é preciso criar políticas e programas que tenham objetivos, estratégias, ações e metodologias, a partir da realização de um diagnóstico.

2.3 Programas, indicadores e modelos para desenvolvimento da competência em informação

Após abordar a respeito da importância, as etapas, as dimensões e diretrizes para desenvolvimento de competências informacionais na subseção anterior, esta se dedicará a apresentar alguns modelos e programas existentes em diversos países.

Kuhlthau propôs o primeiro modelo de *Information Literacy* nos EUA, denominado *Information Search Process (ISP)* que buscava tornar competentes em informação os discentes do ensino médio. A autora iniciou sua investigação no ano de 1981, com um estudo qualitativo revelando pensamentos, ações e sentimentos dos estudantes em uma sequência de etapas descritas no modelo de ISP. Em 1989 elencou as seis etapas para desenvolver Competências em Informação: início (conhecer a necessidade de informação), seleção, exploração, formulação, coleta e apresentação (KUHLTHAU, 1989).

No ano de 1988 também nos EUA, Eisenberg e Berkowitz criaram o modelo *Big Six Skills* que objetivou a resolução de problemas e tomada de decisões por meio de informações, diferente do trabalho de Kuhlthau, o Big Six buscou desenvolver as competências não só no ensino médio, mas em toda a trajetória escolar mas também, no nível superior e ambiente de trabalho. Neste modelo, foram

delineadas quatro etapas para o processo de alfabetização informacional (tradução nossa), são elas: identificação, busca, seleção e utilização. (WOLF; BRUSH; SAYE, 2003)

O ano de 1989 foi considerado um marco no campo da Competência Informacional, pois a *American Library Association* (ALA) publicou um documento a respeito da *Information Literacy* no qual consta a importância do conceito na busca do aprendizado para a vida toda. A partir deste documento, a atividade de tornar pessoas competentes em informação passa a alcançar um público de diferentes graus de instrução e classes sociais. De acordo com esta perspectiva qualquer cidadão pode ser autônomo informacionalmente. Ao caracterizar a pessoa competente em informação, o documento diz que:

Para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação. [...] Resumindo, as pessoas competentes em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Elas sabem como aprender pois sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la de modo que outras pessoas aprendam a partir dela (ALA, 1989, p.1)

Dudziak (2003) explica que a década de 1990 é marcada pelo aparecimento das primeiras dissertações e teses sobre o termo e também pelo desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação no processo de *Information Literacy*, como por exemplo, o alcance de um maior número de pessoas a internet, sobretudo nos Estados Unidos da América e na Europa Ocidental. É nos anos 1990 também, que surgem outros modelos de *Information Literacy*, neste momento, a discussão conceitual continua, entretanto, cada vez mais a aplicação de modelos torna-se campo de trabalho para pesquisadores da área de Ciência da Informação.

O professor e pesquisador Dr. Jamie Mackenzie propôs o modelo *The Research Cycle* no ano de 1995, utilizando como principal referência o *Big Six*, o modelo de Jamie visava o processo de pesquisa como uma tarefa contínua, ou seja, ao finalizar um processo de pesquisa uma outra dúvida poderia aparecer e a partir de então todo o processo se iniciaria novamente. Este modelo foi utilizado em escolas da América do Norte, Ásia Austrália e Nova Zelândia (DUDZIAK, 2003).

Em 1996, James Hering, Professor da Universidade Queen Margareth em Edimburgo criou o modelo Plus, que oferecia uma proposta de aprendizagem

sustentada em quatro etapas: **Planificar** o processo de trabalho, **Localizar** as fontes, **Usar** a informação, **Self-evaluation** - avaliar o trabalho realizado. O destaque do trabalho de Hering é que o autor destaca os sentimentos ocorridos por parte do docente e do discente no processo de desenvolvimento da *Information Literacy* (NOVO, 2015).

No Brasil, Gasque (2012) apresentou um modelo voltado para a educação básica. Atualmente, este é o único que se tem publicado a respeito pretende desenvolver competências desde a educação infantil até o terceiro ano do ensino médio. A autora delimita passo a passo no cronograma das competências que devem ser desenvolvidas pelo bibliotecário, determina que esse profissional não deve trabalhar sozinho pois “é necessário traçar as linhas de ação, as quais envolvem a formação dos professores” (GASQUE, 2012, p. 108), Gasque também defende a aproximação das licenciaturas nesse processo de elaboração e implementação.

Visto os modelos citados, nota-se que nenhum dos programas propõe estratégias de avaliação em seus conteúdos acredita-se que esta seja uma lacuna que deve ser preenchida nas pesquisas de Coinfo.

No Brasil, a elaboração de programas ainda é tímida frente às pesquisas biblioteconômicas, pode-se atribuir isto ao fato de os cursos de graduação pouco abordam tais conteúdos em seus currículos, “de 39 cursos, 10 possuem uma disciplina específica acerca do tema, sete são obrigatórias e três são optativas” (MATA, 2014, p. 155). A autora esclarece que no Brasil alguns pesquisadores estão focando no desenvolvimento de estudos sobre competência em informação com o objetivo de desenvolver o tema no ambiente acadêmico, entretanto, em nível de formação, apresenta-se na maioria dos casos como formação continuada e capacitação de usuários. Mata (2014) aponta o curso de licenciatura em Biblioteconomia da UNIRIO, como uma oportunidade de alavancar a discussão, uma vez que o curso é voltado para a formação docente.

2.4 Os Quilombos e a Educação Quilombola no Brasil

Os quilombolas têm direitos específicos haja vista a diversidade étnico-cultural que representam enquanto povo brasileiro. Esta atribuição é apresentada pela primeira vez na Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã

(SILVA, 2008). A constituição, nesta apresentação, reconhece as comunidades quilombolas enquanto patrimônio cultural – valorizando suas particularidades socioculturais e garantindo a defesa desses territórios por meio de tombamentos, uma vez que reconhece que os mesmos são sítios patrimoniais.

Apesar da constituição de 1988 reconhecer essas comunidades, a lei não define o que é quilombo apenas estimula esse debate no campo das ciências humanas e sociais, e isso permite que haja diversas interpretações do seu significado. Sabe-se que o termo se originou a partir dos primeiros focos de resistência a escravidão durante o período colonial, essas comunidades, nesta época, eram classificadas como marginais, pois como não possuíam formas de subsistir, saqueavam comércios e algumas propriedades para se manterem e se defendiam do governo combativamente (LEITE, 2000). O Conselho Ultramarino Português de 1740 definiu quilombo como toda habitação com mais de cinco negros fugitivos, em parte desprovida, ainda que não tenham moradia constituída (CHACPE, 2014). Este conselho indica, também, que o termo inclui em seu significado uma reação guerreira a uma situação opressiva.

A trajetória de marginalização continua, quando em 1850 a primeira Lei de terras, exclui os africanos e descendentes da categoria de **brasileiros**, situando-os em outra categoria, denominada **libertos** – para os não escravizados (SILVA, 1996), nesta perspectiva, os quilombolas não são considerados cidadãos assim como suas terras não são legalizadas. Em 1888, com a abolição da escravatura, os territórios quilombolas ganham novos membros e outras comunidades também são formadas, comunidades estas que não foram locais de refúgio no período de escravidão, mas são focos de resistência do povo negro (PEREIRA; MENDONÇA, 2014).

A discussão a respeito dos quilombos é retomada nos anos 1930 quando alguns militantes do movimento negro defendem a ideia de reparação contra as injustiças vividas pelos afro-brasileiros durante o período de escravidão. Nesta perspectiva, passam a ser considerados quilombos, as comunidades remanescentes dos focos de resistência bem como as heranças de senhores para ex escravos (LEITE, 2000).

As pesquisas continuam quando Arruti (2006) retrata que, nos anos 1970, haviam estudos a respeito de comunidades rurais que possuíam a particularidade de serem negras, já nos anos 1980 essa questão se inverte apontando as comunidades negras que também eram camponesas.

Em 1988, o debate sobre a os quilombos é resgatado quando o Artigo 68 da Constituição Federal determina “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos” (BRASIL,1988). Este artigo, por não corresponder a autodenominação desses grupos, e tratar de uma identidade que ainda nao era politicamente consolidada, não contemplam avanços a respeito dos direitos dos quilombolas bem como a demarcação de seus territórios.

Atualmente, a legislação brasileira já adota o conceito de comunidade quilombola reconhecendo que a determinação da condição quilombola advém da auto identificação. Tal reconhecimento foi fruto de uma luta intensa de quilombolas e aliados que se opuseram a tentativa de tutela do Estado na emissão dos títulos dos territórios quilombolas. O auto reconhecimento foi garantido legalmente em novembro de 2003 pelo Decreto nº 4.887 que regulamenta o procedimento para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos que trata o artigo 68 do Ato das Disposições transitórias (BRASIL, 2003)

Diversos autores apresentam definições sobre o conceito de quilombo, então, para este estudo adota-se a definição de Schmitt, Turatti e Carvalho no qual determina que

[...] os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002, p. 3).

No Brasil, as instituições responsáveis pelo processo de certificação de comunidades quilombolas bem como o processo de regularização fundiária é a Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) respectivamente.

A certificação da FCP é uma das etapas do processo de titulação dos quilombos, assim como o laudo antropológico organizado pelo INCRA e após essas

etapas, o território é demarcado e os demais ocupantes (que não forem) da terra são indenizados (PEREIRA; MENDONÇA, 2014).

De acordo com a FCP mais de 1500 quilombos são certificados pela instituição em todo o território nacional, e possui em torno de 2.474 processos de titulação foram abertos até fevereiro de 2015. O estado do Rio de Janeiro, possui 32 certificados emitidos pela Fundação e 9 comunidades movem processos para obter essa certificação (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2015).

Na busca de melhorias nas condições de vida dos quilombolas, o Governo Federal cria o Programa Brasil Quilombola (2004) “como uma política de Estado para as áreas remanescentes de quilombos, abrangendo um conjunto de ações inseridas nos diversos órgãos governamentais” (BRASIL, 2004, p.7). O programa assume como diretrizes:

1. A racionalização de recursos naturais com ênfase nos métodos de produção agroecológicos para subsistência e geração de renda nas comunidades;
2. A incorporação das dimensões de gênero nas iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável e direitos de cidadania que efetivem a equidade de gênero;
3. O incentivo dos governos estaduais e municipais na promoção de políticas públicas que visem a regularização da posse de terra e o estímulo do desenvolvimento sustentável dos territórios quilombolas;
4. O fortalecimento da implementação de ações governamentais junto as comunidades como um modelo de gestão pública que preserve a igualdade de tratamento e oportunidades para o cidadão quilombola.
5. O estímulo do protagonismo dos quilombolas em todo o processo de decisão a fim de fortalecer sua identidade cultural e política;
6. A garantia de direitos sociais e proteção em articulação com outros órgãos governamentais elaborando projetos específicos para o fortalecimento dos grupos discriminados, atendendo especialmente as mulheres e a juventude negra através do acesso e permanência nas mais diversas áreas como a educação, saúde, mercado de trabalho, geração de renda, direitos humanos, previdência social e etc. (BRASIL, 2004, p.7)

Estas diretrizes foram determinadas pelo Ministério do Desenvolvimento Sustentável, a fim de promover o desenvolvimento das comunidades quilombolas para que as mesmas tenham seus direitos de cidadania garantidos, uma vez que carregam em sua trajetória, abandono do Estado como exposto nesta subseção.

Outro Ministério que também assumiu a responsabilidade de promover a cidadania para os quilombolas foi o Ministério da Educação (MEC) que estabelece

políticas a fim de atender as especificidades da educação diferenciada ou educação para a diversidade que consiste na “busca por autonomia em relação ao currículo” (SILVA, 2012, p.27) a educação diferenciada busca compreender o contexto das comunidades valorizando sua identidade e incorporando elementos da cultura local no Projeto Político Pedagógico (SILVA, 2012).

Com a perspectiva de atender as demandas da educação diferenciada promovendo a identidade da cultura afro-brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – lei 9.394/96 (BRASIL, 1996) abre uma brecha para a inserção de discussões étnico-raciais no currículo escolar, reconhecendo a educação quilombola como uma das modalidades de educação. No ano de 2003, através da Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira (BRASIL, 2003). Além destas leis, durante o governo do presidente José Inácio Lula da Silva foram criadas duas Secretarias a fim de estabelecer políticas de ações afirmativas relativas a população negra no país, são elas:

a) Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), criada em março de 2003; b) Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), criada em 2004 que, dentre as coordenações, havia a Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão Educacional. A primeira gerou e coordenou o Programa Brasil Quilombola (PBQ), 2004. A segunda teve como demanda principal implementar a Lei 10.639/2003. (OLIVEIRA, 2014, p.127)

Nesta perspectiva de avançar na luta pela educação quilombola, a CONAE/ Conferência Nacional de Educação (2010) definiu que a educação quilombola deve ser responsabilidade do governo federal, estadual e municipal e estes devem:

- a) Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional.
- b) Assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local.
- c) Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/às profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico racial do grupo.
- d) Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados.

- e) Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas.
- f) Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização
- g) Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.
- h) Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas (BRASIL, 2011, p. 9).

Diante disto, uma saída para atender a necessidade de se implementar uma educação diferenciada para essas comunidades Nunes (2006) aponta que o currículo escolar quilombola precisa romper com os parâmetros convencionais, uma vez que valoriza o saber da comunidade no processo educativo.

Discutir uma concepção de conhecimento para os quilombolas significa pensar em uma formação curricular onde o saber constituído e o saber vivido estejam contemplados, provocando uma ruptura em um fazer pedagógico em que o currículo é visto enquanto grade, hierarquicamente organizado com conteúdos que perpetuam o poder para que determinados grupos continuem a outorgar (NUNES, 2006, p. 150).

Vários documentos como o Plano Nacional para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2003), as Diretrizes para a Educação para as Relações Raciais Brasileiras (2005) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2011), apontam que para a implementação da educação quilombola devem ser considerados: o saber popular (da comunidade), a cultura local, a história da comunidade, a formação continuada, a organização político social, a formação continuada dos professores e a formação de professores quilombolas para que o processo de construção e afirmação da identidade quilombola seja transmitido de geração para geração (SILVA, 2012).

Para atender as demandas estabelecidas na CONAE de 2010, é preciso que Municípios, Estados e Governo Federal trabalhem em conjunto, elaborando projetos que atendam às necessidades da comunidade em parceria com as associações de moradores das mesmas. Atender as especificidades para uma educação quilombola é uma tarefa árdua e deve assumir uma perspectiva militante, uma vez que os quilombos representam uma minoria social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção contempla os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho onde apresenta a caracterização da pesquisa segundo os objetivos e meios, universo da pesquisa e demais informações pertinentes.

3.1 Caracterização da pesquisa

De acordo com os objetivos da pesquisa, ela se caracteriza como descritiva e exploratória onde se buscou conhecer o histórico, dimensões, diretrizes e etapas para o desenvolvimento da competência em informação.

A pesquisa é exploratória, porque proporciona uma maior familiaridade com o tema Competência em Informação com vistas a torná-lo mais explícito no universo biblioteconômico. Visa também o aprimoramento de ideias uma vez que pretende aplicar os conhecimentos sobre o tema para o desenvolvimento de uma nova proposta para a área (GIL, 1991).

Também podemos caracterizá-la como descritiva uma vez que descreve as características de uma população, ou estabelecendo relações entre variáveis, envolve técnicas de coleta de dados (questionário, observação) e assume em geral a forma de levantamento (VERGARA, 2006; GIL, 2010).

Conforme os meios utilizados neste trabalho, trata-se de uma pesquisa documental, na medida em que busca informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, e bibliográfica, pois utiliza fontes reconhecidas no ambiente acadêmico (OLIVEIRA, 2007).

Para a pesquisa documental se usou legislações e documentos (relatórios, projetos e atas de reuniões) oriundos do Programa Etnoconhecimento para um Etno-reconhecimento, pertencente ao Núcleo Intra-transdisciplinar de Educação, Saúde, Sexualidade e Cultura (NIESC) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) para fundamentar a pesquisa e contextualizar a Comunidade Quilombola que foi selecionada para ser estudo de caso dessa pesquisa conforme será apresentado a seguir.

O trabalho também envolveu um estudo de caso por se tratar de um método específico para pesquisa de campo trata-se de uma observação do ambiente natural e utiliza dados coletados por diversos meios (MORESI, 2003). Por isso, foi feito um

levantamento bibliográfico em trabalhos publicados em eventos, livros e artigos de periódicos recuperados na Base Brapci, Scielo e em outras fontes para atender aos objetivos propostos, e também a observação direta do ambiente (rotina escolar da Escola Municipal de Santana) para a elaboração do relato de experiência que constitui este trabalho para atingir os objetivos propostos na pesquisa.

3.2 Universo da pesquisa

Foi selecionado o Quilombo de Santana para ser estudo de caso porque a comunidade necessita de informações básicas para a sua manutenção, haja vista que a auto identificação como quilombola é um fator determinante para a permanência no território.

Optou-se pela comunidade também porque para que a educação quilombola seja efetivada em prol da melhoria de sua qualidade de vida, a competência em informação torna-se um recurso que pode acelerar esse processo, uma vez que a pessoa competente em informação utiliza e analisa criticamente as informações que busca.

A comunidade quilombola é composta por 143 pessoas que vivem na região há mais de 100 anos, a maioria da população não tem o ensino fundamental completo, uma vez que a escola passou a oferecer o segundo seguimento apenas no ano de 2011. Atualmente há cerca de 40 alunos matriculados na Escola Municipal de Santana 11 na educação infantil, 23 no ensino fundamental e 5 no EJA. Para atender aos objetivos propostos e obter maior eficácia, a amostra foi composta pensando nos 23 alunos do ensino fundamental, do primeiro ao nono ano e também os professores.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados desta investigação no qual contempla o relato de experiência das atividades de competência em informação desenvolvidas na comunidade quilombola de Santana como bolsista de extensão do NIESC/PROETNO nos anos 2011 e 2012 na primeira subseção. Na segunda subseção propõe o Programa de Competência em Informação para Comunidades Quilombolas.

4.1 Relato de experiência das atividades desenvolvidas na Comunidade Quilombo de Santana

Esta subseção apresenta a trajetória da comunidade quilombola de Santana e da Escola Municipal de Santana, descrevendo a dinâmica e organização da instituição, relata a parceria do NIESC com a escola e discorre sobre os projetos desenvolvidos nesta parceria que foi o que despertou o interesse em propor um programa para desenvolvimento de competências informacionais.

4.1.1 *A comunidade quilombola de Santana e a Escola Municipal de Santana*

A comunidade remanescente quilombola de Santana fica localizada no sul do Estado do Rio de Janeiro, na cidade de Quatis, na região conhecida como médio Paraíba a aproximadamente 145 km da capital. Originalmente, no final do século XIX, as terras da fazenda Retiro (hoje em dia Quilombo de Santana) pertenciam ao comendador Manoel Marques Ribeiro e foi herdada por sua filha, Maria Izabel, que se casou com um dos filhos do Barão de Cajurú, João Pedro, ambos membros da alta sociedade cafeeira dos séculos XVIII e XIX. (ROMEIRO, 2012)

Antes de sua morte, Maria Izabel, viúva e sem herdeiros, doou parte dessas terras a ex escravos que trabalhavam para sua família. A comunidade recebeu as terras de sua antiga senhora (como narrado pelos atuais moradores), mas parte da população local jamais admitiu que a quantidade de terra pertencente a comunidade quilombola de Santana fosse a que D. Maria Izabel deixou, questionando a legitimidade da doação. Entretanto, a comunidade de Santana é considerada uma

comunidade quilombola, pois se enquadra no modelo definindo por Schmitt, Turatti e Carvalho(2002).

Mesmo não sendo área de ex refugiados do sistema escravocrata, os quilombolas de Santana têm o direito de permanecer na terra, já que foi assegurado que doações/heranças ou a simples permanência nas terras por grupo de negros seja caracterizado como quilombo.

O quilombo de Santana foi titulado pela Fundação Cultural Palmares no ano 2000, entretanto, a comunidade ainda hoje luta com o poder público para conseguir a demarcação de suas terras e expropriação dos posseiros que discordam da legitimidade da propriedade quilombola (PEREIRA; MENDONÇA, 2014).

A Comunidade Quilombola é predominantemente adulta, vivendo basicamente da subsistência com parte dos recursos proveniente do próprio local em que moram. Tem baixa escolaridade e embora possuam água encanada não há sistema de esgoto, o que faz com que os dejetos sejam lançados em fossas ou diretamente no rio que abastece a região. Até 2011, a escola só possuía o primeiro segmento do ensino fundamental. Diante disto, a maioria da população não possui o ensino fundamental completo. A renda média por família é de 500 reais e 80% recebe algum subsídio do governo (bolsa família, fome zero) (SOUZA et al, 2013).

A escola da comunidade foi construída no ano de 1988 por iniciativa da Igreja Católica – Diocese de Barra Mansa, através de um projeto em parceria com a prefeitura. Levantada sob as ruínas da antiga senzala, uma pequena escola com três salas de aula, uma cozinha e um pátio, inicia a alfabetização de 23 alunos. Atualmente a estrutura da escola permanece a mesma, apesar de a escola agora comportar turmas da educação infantil ao nono ano, com um total de 36 alunos. (NASCIMENTO et al, 2013)

Por ser a estrutura da escola precária, as turmas são organizadas por classes multisseriadas que, conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), compreende-se aquelas que “têm alunos de diferentes séries e níveis em uma mesma sala de aula, independente do número de professores responsável pela classe” (BRASIL, 2007, p. 25)

No turno da manhã, estudam os discentes da educação infantil e do primeiro segmento do ensino fundamental (1 ao 5 ano) e no turno da tarde os do segundo segmento (6 ao 9 ano) em cada sala de aula são acomodadas duas turmas. Conta

com uma equipe de 12 professores, 1 coordenadora pedagógica e 2 auxiliares de serviços gerais, 1 merendeira e 1 diretora.

4.1.2 O NIESC na escola

O NIESC tornou-se parceiro de trabalho da Escola Municipal de Santana no ano de 2011, durante uma visita a comunidade. Desde então, o grupo, junto à direção e aos professores vem trabalhando no desenvolvimento de projetos para melhorar a qualidade do ensino e adequá-lo à educação do campo já que o artigo 28 da LDB determina que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996)

Até a parceria com o grupo, a escola não se enquadrava totalmente as características da educação no campo, possuía apenas as classes multisseriadas. Sob coordenação da professora Maria Amélia Reis, coordenadora do NIESC, foram desenvolvidos projetos junto a escola para que a mesma se enquadrasse não só no modelo de educação do campo como também buscasse a educação quilombola que deve ter como referência valores sociais, culturais, históricos e econômicos dessas comunidades, tornando a escola um espaço educativo que efetive o diálogo entre o conhecimento escolar e a realidade local, valorizando o desenvolvimento sustentável, o trabalho, a cultura, a luta pelo direito à terra e ao território (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2011). Todos os projetos realizados foram pautados nas diretrizes mencionadas acima, foram eles:

- **Projeto Jongo / discente Thiago Coqueiro (Pedagogia):** com o objetivo de resgatar a dança tradicional, foi criado o projeto pelo que visava envolver toda a comunidade escolar na rememoração da história do jongo e da significação da dança para a comunidade enquanto um elemento de identidade cultural.

- **Projeto Horta Comunitária / discente Clara Vignoli (Licenciatura em Biologia):** o projeto da horta foi implementado junto aos professores e alunos da escola, visava a implementação de uma horta utilizando técnicas da agroecologia em prol da sustentabilidade e sem custo financeiro.
- **Projeto de Competência em Informação / discente Nathália Romeiro (Licenciatura em Biblioteconomia):** o projeto foi realizado junto aos professores da escola e os alunos. Compreendeu duas etapas: competência em informação com os professores para apresentação de fontes de informação a respeito dos quilombos e educação quilombola e um projeto de Competência em Informação com os alunos do ensino fundamental (I e II) que será apresentado com mais detalhes a seguir.

4.1.3 O projeto de competência em informação

Após a parceria com a escola, foram traçadas algumas estratégias junto a direção para a implementação de uma educação quilombola, entretanto, antes de iniciar um programa junto aos alunos, foi necessário familiarizar o corpo docente da instituição a respeito deste novo modelo curricular. Para isto, os bolsistas do NIESC e a professora Maria Amélia Reis montaram um seminário para a exploração e estudo da temática, abarcando como conteúdo programático: a história dos quilombos no Brasil, a história da comunidade Quilombola de Santana, a legislação que envolve o processo de titulação das terras, oficina de agroecologia e oficina de competência em informação sobre educação quilombola e cultura negra.

- **Oficina de Competência em informação**

A oficina de competência em informação foi realizada em parceria com o discente Marco Aurélio Alencar (atualmente, bacharel em Biblioteconomia) o objetivo da oficina era apresentar fontes de informação no ambiente digital para auxiliar os professores na montagem de um novo plano de disciplina adequado ao Projeto Político Pedagógico que agora assumiria a educação quilombola.

A realização da oficina foi relevante por indicar as fontes de informações que eram desconhecidas pelos professores para aprimorar o fazer docente, pois para criar um programa de Coinfo (Competência em Informação) detalhado, como dizem Mata e Casarin (2010), os programas de competência informacional deve compor o trabalho junto entre os educadores, os administradores e outros membros da instituição educacional pois todos são muito importante para o desenvolvimento da atividade. Diante disso, foi necessário, que os professores tivessem condições de buscar a informação com autonomia e nas fontes corretas.

A oficina teve a duração de 2 horas e teve um resultado bastante positivo, segundo relatos da diretora, nas semanas que sucederam a oficina, os professores planejaram diversas atividades utilizando as fontes citadas aliadas ao conteúdo programático das disciplinas. Como a data em que o curso foi realizado foi próximo ao dia da consciência negra (20/11) foram trabalhados textos sobre Zumbi dos Palmares na aula de língua portuguesa, história e geografia, no qual os professores trabalharam em conjunto nas turmas que compreende as séries de quarto e quinto ano, os textos foram discutidos e problematizados reforçando a importância de afirmar a identidade quilombola. Nas turmas do segundo seguimento, os conteúdos foram trabalhados em forma de debate e os alunos representaram uma peça de teatro junto ao professor de artes.

- **O projeto de Competência em Informação com os alunos**

Para a elaboração do projeto de competência em informação foi realizada a atividade de observação da prática docente, e, a observação da rotina escolar em todas as turmas. Ao observar as turmas foi verificado que os conteúdos, em sua maioria eram trabalhados apenas por aula expositiva, reflexos da educação tradicional comum ao município de Quatis (segundo os professores). Como a estrutura da escola era precária, os professores não dispunham de recursos áudio visuais nem internet para trabalhar outras estratégias de ensino. O professor restringia seu espaço a sala de aula, um dos motivos alegados é que a escola não possui biblioteca nem sala de leitura, os livros consentidos pelo MEC ficam nas salas de aula, e nenhum deles aborda a temática negra e/ou quilombola. Entretanto, um aspecto positivo na rotina desta escola é que a mesma não adota apostilas ou

livros didáticos, o que permite ao professor autonomia para escolher a fonte de informação adequada ao plano de aula e plano de disciplina.

Após a realização da oficina de competência em informação, mesmo com alguns conteúdos apontados e com alguns resultados, a necessidade de aplicar um projeto com os discentes ainda era eminente pois “O processo de aprendizagem é essencial para a formação da cidadania emancipatória, a qual se vincula ao acesso à educação de qualidade” (GASQUE, 2012, p.110).

Percebeu-se que era necessário ampliar o acesso a informação e dar autonomia aos discentes, haja vista que o desejo de se modificar a realidade deflagrada partia dos professores e alunos. Nesse sentido, o projeto foi relevante por possibilitar novas formas de trabalhar os conteúdos programáticos, já que o fundamento do conceito de Competência em Informação se pauta na autonomia do indivíduo possibilitando que o aluno “aprenda a aprender” (CAMPELO, 2009).

Gasque (2012) discute o Letramento informacional na educação básica como um método de ensino libertário e crítico e que o conceito pode melhorar o processo de ensino e aprendizado, declara que:

Tem como finalidade a adaptação e a socialização dos indivíduos na sociedade da aprendizagem. Isso ocorre quando o indivíduo desenvolve as capacidades de:

- determinar a extensão das informações necessárias;
- acessar a informação de forma efetiva e eficientemente;
- avaliar criticamente a informação e suas fontes;
- incorporar a nova informação ao conhecimento prévio;
- usar a informação de forma efetiva para atingir objetivos específicos;
- compreender os aspectos econômico, legal e social do uso da informação, bem como acessá-la e usá-la ética e legalmente. (GASQUE, 2010, p.86)

Embora pareça ideal para o cenário educacional, para a sua aplicação no Quilombo de Santana foi necessário o uso de alguns instrumentos de coleta de dados a fim de elaborar um projeto de acordo com a realidade quilombola, que até então se mostrava frágil, com conflitos de identidade, uma vez que na cidade de Quatis o termo quilombola ainda era marginalizado (ROMEIRO, 2012).

Foi preciso compreender a fundo a realidade quilombola, para isto, foram realizadas visitas técnicas a comunidade, junto com os discentes para observar e conhecer seu modo de vida, sua interação com a família e com o ambiente (Quilombo). Outro instrumento utilizado foi um questionário a fim de traçar um perfil socioeconômico da comunidade para que o projeto abarcasse as suas necessidades.

Após a análise dos dados, identificou-se a importância de resgatar a identidade dos quilombolas enquanto comunidade tradicional afro-brasileira. Sendo assim, o objetivo do projeto foi trabalhar como forma de letramento as informações sobre a comunidade a respeito de sua história, sua relação com o ambiente, a valorização dos saberes populares da comunidade e o reconhecimento dos direitos a fim de reforçar a identidade quilombola.

Como não possui biblioteca e sala de leitura na escola, o projeto de competência em informação foi pautado na oralidade, com apresentação de conceitos em slides e contação de histórias, debates e aulas passeio. Antes de tudo, foi realizada a parceria com os professores, explicando o objetivo do trabalho e adotando-os como parceiros no projeto. Este foi realizado no período de julho a novembro de 2012 e compreendeu a realização de cinco atividades descritas no relatório final de atividades de extensão do PROETNO (REIS, 2012):

- **Eu me chamo comunidade Quilombola de Santana:** o objetivo desta atividade foi contar a origem do nome da comunidade e relacionar a data comemorativa de Nossa Senhora de Santana com o dia da avó – 26 de julho. Em uma roda de conversa, foi exposto através de slides, a história de Santa Ana, e a representação do dia 26 de julho na comunidade – já que antigamente eram realizadas procissões em homenagem a santa. Relacionamos a história com o bairro vizinho São Joaquim (Marido de Santa Ana). Após a exposição do tema, debatemos sobre a importância do nome pessoal, característica de cada indivíduo e propomos uma atividade de busca pela origem do sobrenome das famílias quilombolas.
- **Lendas de Santana:** O objetivo desta atividade foi trabalhar as lendas da comunidade como “a mulher que arrasta corrente” (uma assombração segundo as crianças) e o “bicho pelado” (entidade da natureza responsável por proteger o plantio (para subsistência) e as florestas, entre outras. Foi realizada uma aula passeio pelo território do quilombo e incentivou-se que as crianças contassem e recontassem as histórias em casa. A atividade gerou diversos trabalhos textuais ao longo da semana, os professores trabalharam em redações e atividades de artes.

- **Mapeamento e vigília das nascentes:** Junto com os professores de ciências e geografia os discentes visitaram a área das nascentes que abastecem o rio da região, foi trabalhada a importância de se preservá-las, abordou-se os conceitos de preservação ambiental e sustentabilidade. Durante a atividade, pôde-se observar que as nascentes estavam poluídas por dejetos de gado – de um dos fazendeiros que mora próximo ao quilombo. Diante disto, foi apresentada uma estratégia para impedir/minimizar a poluição na natureza. Foi explicado o que é um documento oficial e junto aos professores os estudantes elaboraram um ofício e encaminharam a prefeitura municipal de Quatis, para que tomasse atitudes legais para proteção do ambiente. A carta foi entregue e o gado retirado.
- **Legislação sobre quilombos:** Foi apresentada a legislação que reconhece os quilombos do Brasil, a Fundação Cultural Palmares e o INCRA como instituições chaves no processo. Explicou-se os diferentes conceitos de Quilombo ao longo da história e sua modificação, a importância da autoidentificação no processo de reconhecimento da comunidade e a noção de que o quilombo é um território coletivo, ou seja, que o território não pode ser vendido. Para essa atividade, foi levada a legislação impressa para debater com a comunidade escolar em uma roda de conversa.
- **Eleições:** entendido como um processo de extrema importância para exercício da cidadania, o tema final deste projeto foi a leitura do estatuto de da Associação de moradores do quilombo para conhecimento sobre o que aborda tal documento, foi explicado o que é uma associação de moradores e função dos coordenadores da associação, foi debatido também, a importância das eleições periódicas para a promoção da democracia.

Todas as atividades foram pensadas junto aos professores e demais membros do NIESC, seguindo o projeto político pedagógico da escola. A linguagem foi adaptada as distintas faixas etárias. Foi relevante a apresentação desta forma haja vista que tais conteúdos não haviam sido abordados anteriormente na escola. Sendo assim era novo para todas as idades. Com a perspectiva de continuidade do projeto

as atividades serão revistas e planejadas para outra finalidade, uma vez que esta etapa focou na elevação da autoestima e afirmação da identidade da comunidade.

Todas as atividades foram acompanhadas por pais de alunos, haja vista que já fazia parte do objetivo da direção da escola acolher toda a comunidade, não apenas os discentes.

Dentre os resultados, o projeto possibilitou a maior integração entre os professores, alunos e pais, pois cada atividade realizada contou com a participação de diversas disciplinas. Durante a elaboração do projeto, o número de pessoas que se declaravam quilombolas era de 85%, após as atividades 99% da comunidade se auto declarou como quilombola. A compreensão de documentos legais, a apropriação da história e cultura quilombola, a importância da preservação ambiental e das eleições como forma de organização da sociedade motivaram o aprendizado (segundo relato dos professores). O Projeto se encerrou no dia 21 de novembro de 2012 com a comemoração do dia da consciência negra.

Com base nas atividades realizadas entre 2011 e 2012 junto ao Programa Etnoconhecimento para um Etno-reconhecimento, pertencente ao Núcleo Intra-transdisciplinar de Educação, Saúde, Sexualidade e Cultura (NIESC) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), percebe-se que é necessário que se busquem alternativas para que as pessoas que vivem na comunidade quilombola tenham acesso à informação e desenvolvam habilidades para usá-la.

Acredita-se que isso ajudará as pessoas no processo de aprendizagem sobre a comunidade, sobre seus direitos e sua cultura também possibilitará o despertar para outras perspectivas educacionais, já que, na comunidade, não há nenhum morador com formação de nível superior (ROMEIRO, 2012). Também pretende desenvolver o pensamento crítico na medida em que o processo de reconhecer a necessidade de informação, buscar, analisar e comunicar formem cidadãos questionadores em relação a sua leitura de mundo. Pensando nisso, Foi proposto, um programa para desenvolvimento de competências em informação na comunidade quilombola de Santana voltado para o ensino fundamental e para a capacitação dos professores. Por isso, o ideal é que se tenham profissionais da Licenciatura em Biblioteconomia para desenvolver o projeto, porque são profissionais que possuem um vínculo com a profissão da informação (Biblioteconomia) e o magistério.

4.2 Programa para desenvolvimento de competências informacionais na comunidade quilombola de Santana

Belluzzo (2011) cita que ao elaborar um programa, o mesmo deve promover a articulação entre a missão, metas, objetivos e a fundamentação pedagógica, antecipando e prevendo os desafios e oportunidades atuais e futuras. Deve considerar a análise do ambiente educacional da instituição e envolver estudantes, professores, bibliotecário, administradores e outros grupos de interesse, enquanto usuários da informação.

Além disso, a autora ressalta que o mesmo também deve prever mecanismos formais e informais de comunicação e diálogo com a comunidade educativa, estabelecendo os meios para a execução e adaptação.

O programa foi baseado nos modelos The Research Cycle de James Mckenzie (1995) e no Programa de Letramento informacional da Professora Kelley Gasque (2010). Destaca-se a etapa dedicada a preservação dos saberes construídos neste programa, pois nos demais tais conteúdos não são contemplados. Esta proposta não foi testada, sendo assim não apresenta resultados de aplicação. De acordo com estes indicadores segue o programa:

- Caracterização do local

O programa foi idealizado para ser aplicado no ensino fundamental da Escola Municipal de Santana localizada no Quilombo de Santana, Quatis/RJ.

- Público-alvo

A comunidade escolar da Escola Municipal de Santana.

- Quantidade de pessoas favorecidas

23 alunos matriculados no ensino fundamental na Escola Municipal de Santana. Os professores também devem ser capacitados também para poder dar continuidade ao programa.

- Objetivo geral do programa

Desenvolver competências informacionais nos docentes e discentes da Escola Municipal de Santana contemplando as especificidades que norteiam a educação diferenciada / Educação Quilombola.

- Objetivos específicos das atividades

1. Apresentar à direção e corpo docente o universo teórico e metodológico que tange a pesquisa em competência em informação desde o seu surgimento até a atualidade, contemplando sua importância, dimensões, diretrizes e projetos existentes;
2. Apresentar aos alunos conhecimentos sobre tipos de fontes de informação formais e informais, suportes, características, diferenças, critérios de avaliação.
3. Desenvolver habilidades no que tange ao reconhecimento das necessidades de informação, busca em diversas fontes, seleção de informações relevantes para a pesquisa, formas para avaliar criticamente o que atenderá a pesquisa e estratégias para o uso da informação de forma ética com o objetivo apropriar-se de um novo conhecimento e construir uma nova fonte de informação, movimentando assim a pesquisa em educação diferenciada e educação quilombola;
4. Avaliar os participantes do programa.

- Duração

Para realizar as atividades do programa o projeto terá a duração de 200 horas composto por atividades que serão executadas ao longo de todo o período letivo de forma interdisciplinar. Isso contemplará a apresentação do programa aos professores (1 semana / 20 horas), o desenvolvimento de competências nos professores (40 horas divididas em 8 horas semanais num período de 5 semanas), o desenvolvimento de competências nos alunos (100 horas distribuídas em 9 meses / cerca de 3 horas por semana) e 40 horas para avaliação do trabalho.

- Descrição do programa

O programa de Coinfo deverá ser incorporado no calendário escolar e no Projeto Político Pedagógico da escola, o mesmo assume caráter interdisciplinar, uma vez que dialoga com outras áreas do conhecimento. Entretanto, será realizado separado das disciplinas regulares, ou seja, para realizar as atividades do programa, deverá ser separado um horário específico de 3 horas semanais com cada turma multisseriada. O programa consiste em 2 etapas: desenvolver competências em informação nos docentes e nos discentes.

1. Desenvolvendo competências nos Docentes

Para desenvolver as competências no docente baseou-se nas diretrizes de acesso, avaliação e uso determinadas pela IFLA (2008), nas da UNESCO (2008) com destaque para a diretriz de “comunicar conhecimento” que não está amplamente discutida nas diretrizes da IFLA. Também foi levada em consideração as seguintes dimensões apontadas por Vitorino e Piantola (2011): A dimensão técnica (pois consiste na habilidade de realizar uma ação e solucionar um problema), a dimensão ética (valorizando a autonomia e o pensamento crítico), e, a dimensão política (com a perspectiva de promover a cidadania, ao implementar os conhecimentos na educação quilombola). Utilizou-se também como base o modelo *The Research Cycle* de Mackenzie (1999), já que o programa também assume uma perspectiva cíclica, ou seja, ao final das etapas estima-se que o processo de pesquisa se reinicie.

Para esta etapa de 40 horas, utilizaremos um modelo cíclico de desenvolvimento de competências em informação, com a perspectiva de tornar o processo de pesquisa contínuo e vivo no ambiente escolar. Pretende-se com esta etapa, apresentar aos professores como eles podem aplicar a Educação Quilombola em sala de aula de acordo com as Diretrizes Curriculares para a Educação Quilombola. Os nomes das etapas foram pensados de forma a elucidar a identidade quilombola, refletindo o cotidiano. As metodologias de ensino para este programa foram consultadas na obra de Anastasiou (2003). São as etapas:

- **Identificar/reconhecer a necessidade de informação** – reconhecer quando é preciso buscar novas informações para utilizá-las em sala de aula, já que a educação acompanha a vida, e esta muda constantemente.

Para desenvolver esta habilidade a metodologia adotada será uma aula expositiva e dialogada a fim de explorar o assunto educação no campo, educação diferenciada, educação quilombola, inovação em educação dentre outros temas, outra estratégia utilizada será a explosão cerebral/brainstorming a fim de estimular novas ideias e indagações de acordo com a temática proposta, a partir desta dinâmica será elencada uma questão ou situação que precisa ser resolvida/pesquisada. Total 8 horas.

- **Caminhar a pesquisa/ traçar rotas** – desenvolverá as habilidades para localizar a informação desejada, isto engloba: assuntos que contemplam o tema da pesquisa, apresentar o conceito de fontes de informação bibliográficas, trabalhar fontes de informações gerais e especializadas, traçar estratégias de recuperação da informação, evidenciará as fontes de informação sobre a cultura negra, quilombos, movimentos políticos (blogs, sites específicos sobre a luta quilombola, o uso das redes sociais como fonte de informação).

Para desenvolver essas habilidades as metodologias serão utilizadas a elaboração de mapas conceituais para organizar os assuntos que se relacionam com o tema e utilizar essas informações para traçar estratégias de busca. Também será utilizada a estratégia de resolução de problemas cujo objetivo é a obtenção e organização de dados. Ao finalizar esta etapa, será realizada uma oficina para aplicar os conteúdos teóricos e praticar a busca de informações no ambiente digital. Total 8 horas.

- **Peneirar as informações** – desenvolver a capacidade de discernir as informações mais relevantes das superficiais. Nesta etapa, será trabalhada as formas de descobrir se a fonte de informação escolhida é confiável, se os documentos consultados são verídicos, e, se a informação está atualizada, etc.

A metodologia utilizada será a aula expositiva e dialogada também será utilizada a estratégia do júri simulado a fim de julgar o que é confiável ou não para determinadas informações. Total 6 horas.

- **Reunir o mais importante** – desenvolver a capacidade de reunir as informações num único documento, sintetizar todas as informações utilizadas para construir um texto novo.

A metodologia para esta etapa será a elaboração de mapas conceituais para organizar e reorganizar as informações dos documentos. Total 6 horas.

- **Contar / dialogar** – esta etapa focará na disseminação das informações. Evidenciará a importância de se respeitar a comunicação científica, trabalhando de forma ética os conteúdos de outros autores na criação de um texto e evitando assim o plágio. Nesta etapa também será desenvolvida a elaboração de materiais didáticos que entrem de acordo com as especificidades da educação quilombola utilizando as informações selecionadas e sintetizadas.

As metodologias utilizadas para esta etapa serão: oficinas para elaboração de texto científico e para elaboração de materiais didáticos, adaptando-as para o ensino fundamental; também reunirá os grupos de verbalização e observação, para analisar a forma de como se expõe os conteúdos oralmente. Total 8 horas.

- **Preservar os saberes construídos** – desenvolverá as competências para a salvaguarda de documentos em ambiente físico e digital. Será exposto o que são repositórios institucionais, e outras estratégias de armazenamento de informações com o objetivo de preservar para que a informação não se perca. Esta etapa se dedicará também a expor os cuidados com um acervo bibliográfico, pois entende-se que este processo conta com a responsabilidade de toda a comunidade escolar. Evidenciará os possíveis fatores de deterioração de documentos em papel e em outras mídias, haja vista que o local é um quilombo e a infraestrutura é precária em relação ao

acondicionamento de documentos. Também será abordado a importância da disseminação da informação na web como uma estratégia de preservação e a noção de preservação digital.

As metodologias utilizadas serão os estudos de texto e a solução de problemas a fim de adequar o universo ideal para a preservação de acervos e os recursos que a instituição dispõe para lidar com os possíveis problemas, nesta etapa também serão utilizadas rodas de conversa com a comunidade a fim de identificar, mediante os saberes populares, particularidades referentes ao ambiente (clima, insetos, técnicas para limpeza, etc.). Total 4 horas.

2. O desenvolvimento de competências nos discentes.

Assim como no programa de Coinfo para o docente, o dos discentes também contempla a mesma estrutura teórica, seguindo as mesmas diretrizes da IFLA (2008) e UNESCO (2008) e, as dimensões descritas anteriormente (VITORINO; PIANTOLA, 2011). O projeto para o discente diferencia-se do programa acima pois este considera as etapas do desenvolvimento cognitivo encontradas nos escritos de Vygotsky e na Pedagogia da autonomia de Paulo Freire. Optou-se por Vygotsky (1988), pelo fato de o autor enfatizar o processo histórico-social, o papel da linguagem, e a interação no processo de ensino-aprendizagem através da mediação. Tais elementos, devem ser amplamente contemplados na Educação Quilombola, uma vez que também considera os aspectos histórico-sociais e o meio em que os quilombolas vivem.

Paulo Freire, na obra Pedagogia da autonomia (2011) considera o pensamento crítico como uma atitude essencial para a luta e a resistência face as injustiças sociais da luta de classes (FREIRE, 2011). O autor considera a educação autônoma como uma ação libertadora, sendo assim, pode-se considerar seus escritos como instrumentos filosóficos para o programa de Coinfo para o quilombo de Santana, assim como os escritos de Vygostky.

Esta fase do programa também usou como referência os modelos: *The Research Cycle* de Mackenzie e as propostas de conteúdo de letramento informacional para a educação básica de Gasque (2012). O primeiro por tratar-se de um processo cíclico e o segundo por contemplar as etapas do desenvolvimento

cognitivo numa relação conteúdo *versus* faixa etária. Cabe ressaltar que a estrutura da organização escolar são as classes multisseriadas, ou seja, as turmas são compostas por discentes de mais de uma série. Com base nessas perspectivas, o programa se propõe a:

- **Primeiro, segundo e terceiro ano do ensino fundamental.**

Neste segmento leva-se em consideração o processo de letramento, busca-se estimular o processo criativo e a exploração, bem como introduz o aluno no universo da pesquisa escolar. Inicia o contato com a tecnologia e o ambiente digital.

Tabela 1 – Atividades para o primeiro, segundo e terceiro ano do ensino fundamental.

ETAPAS	ATIVIDADES
Identificar/reconhecer a necessidade de informação	• Estimular a curiosidade e descobertas através da indagação; • Indagar os discentes a respeito da identidade, como eles se identificam?
Caminhar a pesquisa	• Apresentar elementos (título, autor, ilustrador, editora, etc.) e estrutura física dos livros (capa, contracapa, lombada, etc.) • Apresentar os tipos de fontes de informação: obras gerais, obras de referência, obras raras, iconografia; • Utilizar os jornais como fonte de informação, evidenciando os jornais locais; • Compreender o que é a internet; • Apresentar outras comunidades quilombolas através de pesquisas na internet e correspondência por e-mail; • Conhecer e fotografar (demonstrar como se utiliza uma câmera) o território quilombola

	(fauna, flora e relevo).
Peneirar as informações	• Utilizar as fontes de informação através de pesquisas simples considerando a faixa etária dos estudantes (em livros, revistas e jornais); • Aprender a utilizar obras de referências (dicionários); • Descobrir o que são palavras-chave; • Realizar buscas na internet; • Escolher as informações mais relevantes para a pesquisa; • Destacar semelhanças e diferenças entre os outros quilombos e o quilombo de Santana; • Selecionar as fotografias mais importantes.
Reunir o mais importante	• Avaliar se os resultados da pesquisa estão corretos através de dinâmicas com informações verdadeiras e falsas sobre determinados assuntos; • Analisar as diferenças encontradas em textos sobre o mesmo assunto, analisar significados do conceito de quilombo; • Sintetizar os pontos mais importantes da pesquisa; • Elaborar relatórios descritivos, organizar cartazes; • Compreender o motivo político de trocar mensagens com outras comunidades quilombolas.
	• Identificar palavras da linguagem da comunidade, valorizando o modo de vida da comunidade; • Criar um jornal da turma/ da escola; • Compreender a responsabilidade de um

Contar/dialogar	texto publicado (no jornal); • Comunicar as notícias do jornal por e-mail. • Recontar as notícias de jornal; • Expor verbalmente histórias da cultura da comunidade (lendas, canções, religiosidade); • Expor verbalmente a leitura de imagens; • Produzir redações dissertativas sobre o assunto pesquisado; • Expor verbalmente a pesquisa realizada através do desenvolvimento das outras etapas.
Preservar os saberes construídos	• Compreender a noção de memória e patrimônio através de exposições de objetos pessoais que os discentes se identifiquem; • Apresentar a história, tipos e formatos de suportes de informação; • Apresentar técnicas de manuseio de materiais bibliográficos; • Apresentar as normas da biblioteca para que os discentes compreendam o cuidado com o manuseio do material bibliográfico.

• **Atividades para o quarto ano do ensino fundamental**

Este segmento focará na construção da identidade quilombola, compreendendo a valorização da individualidade, também desenvolve o processo de pesquisa escolar aprimorando a construção textual. Pretende desenvolver a comunicação através de técnicas específicas, e entra em contato com outros espaços de educação refletindo sobre a importância dos mesmos.

Tabela 2 – Atividades para o quarto e quinto ano do ensino fundamental

ETAPAS	ATIVIDADES
--------	------------

Identificar/reconhecer a necessidade de informação	• Identificar os questionamentos de um texto (questão problema); • Identificar os objetivos dos textos; • Identificar as palavras desconhecidas para buscar significados; • Estimular a pesquisa através das lacunas não respondidas nos textos abordados;
Caminhar a pesquisa	• Compreender as enciclopédias como fontes de informação; • Identificar sumários e índices nos livros; • Apresentar as enciclopédias eletrônicas; • Apresentar obras de referências em outros idiomas (inglês e espanhol) • Utilizar jornais como fontes de informação; • Compreender o que são sites, redes sociais e mídias alternativas contra fontes de informação hegemônica a respeito da história e cultura negra e quilombola; • Apresentar o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); • Apresentar a pesquisa por imagens na internet; • Apresentar o conceito de biografias; • Apresentar conceito e estrutura de referências bibliográficas.
Peneirar as informações	• Investigar a credibilidade das informações consultadas; • Analisar resumos como fontes de informação para selecionar fontes de pesquisa; • Apresentar a noção de classificação de imagens;

	• Escolher as informações mais relevantes para a pesquisa; • Apresentar as diferenças de sites governamentais, organizacionais e comerciais; • Apresentar a estrutura de uma pesquisa (questão problema, objetivos, coleta de dados, texto argumentativo, considerações finais/conclusões e referências).
Reunir o mais importante	• Analisar textos; • Identificar informações utilitárias nos jornais (clima, classificados, agenda cultural, etc.) • Reconstruir um texto a partir de palavras-chave; • Elaborar tabelas para organizar os dados da pesquisa; • Elaborar mapas conceituais; • Identificar os principais elementos de um texto biográfico; • Selecionar as informações mais relevantes para a pesquisa; • Criar portfólios manuais e eletrônicos.
Contar/dialogar	• Compreender os conceitos de linguagem formal e informal e linguagem popular; • Ampliar a estrutura do jornal da turma, colocando mais sessões; • Criar uma conta da turma em redes sociais, e compreender o uso e responsabilidade das informações postadas; • Apresentar aos discentes o que são seminários, fóruns e ciclos de debates; • Apresentar e desenvolver técnicas de

	comunicação oral; • Elaborar referências de livros; • Expor a pesquisa realizada para a turma e iniciar debates a partir das comunicações; • Elabora uma autobiografia para reforçar a identidade individual; • Elaborar uma foto-biografia de um ícone da cultura negra.
Preservar os saberes construídos	• Compreender a localização física da biblioteca (classificação); • Apresentar os tipos de biblioteca; existentes e visitar outras bibliotecas no município; • Compreender a diferença entre patrimônio material e patrimônio imaterial; • Apresentar os museus como espaços de educação informal para a preservação da memória. Visitar museus da região; • Aprender a anexar documentos por e-mail e postar informações nas redes sociais para preservação. • Visitar outras comunidades quilombolas

• **Atividades para o sexto e sétimo ano do ensino fundamental**

Esta fase trabalhará o aspecto técnico, ético e político no processo de pesquisa, contemplará o uso das normas técnicas para elaboração de trabalhos científicos, bem como objetiva a reflexão a respeito da comunidade e reforça o discurso político nos textos e na comunicação oral, também contempla o respeito a produção científica e a preservação da informação.

Tabela 3 - Atividades para o sexto e sétimo ano do ensino fundamental

ETAPAS	ATIVIDADES
--------	------------

Identificar/reconhecer a necessidade de informação	• Identificar os questionamentos de um texto (questão problema); • Identificar os objetivos dos textos; • Identificar as palavras desconhecidas para buscar significados; • Entende o processo de pesquisa (apropriação da informação forma de adquirir conhecimentos); • Estimular a pesquisa através das lacunas não respondidas nos textos abordados; • Instigar a investigação da história da comunidade.
Caminhar a pesquisa	• Apresentar as leis sobre quilombos contemplando o contexto histórico da formação dos quilombos no Brasil; • Apresentar os materiais iconográficos – Atlas. • Dominar a pesquisa em enciclopédias eletrônicas; • Utilizar textos em outros idiomas (inglês e espanhol) • Utilizar jornais como fontes de informação; • Apresentar a ABNT; • Apresentar o Projeto Político Pedagógico da escola. • Apresentar a estrutura do Governo Federal, Estadual e Municipal, contemplando Ministérios e Secretarias • Apresentar os órgãos governamentais responsáveis no processo de titulação dos quilombos (INCRA e FCP) • Apresentar os documentos referentes ao processo de titulação do quilombo;

	• Apresentar a pesquisa por imagens na internet; • Apresentar o circuito da informação, como ela sai do jornal e chega ao público, contemplando os fatos sociais; • Apresentar as principais revistas do país e as revistas que abordam os temas da história e cultura dos negros no Brasil, dos quilombos e educação quilombola; • Apresentar o que são almanaques;
Peneirar as informações	• Investigar a credibilidade das informações consultadas; • Analisar as informações pré-textuais como forma de descobrir se o assunto contempla a pesquisa; • Ler gráficos; • Utilizar Atlas na pesquisa; • Reconhecer as diferentes maneiras de coletar informações por meio de entrevistas, observação e questionários. • Descrever os principais aspectos (vantagens, desvantagens) dos instrumentos de coleta de dados. • Escolher as informações mais relevantes para a pesquisa; • Apresentar a estrutura de uma pesquisa de acordo com as normas da ABNT para elaboração de trabalhos científicos;
Reunir o mais importante	• Analisar textos; • Elaborar gráficos no computador para organizar os dados da pesquisa; • Elaborar mapas conceituais;

Contar/dialogar

-
- Criar portfólios manuais e eletrônicos.
 - Elaborar fichamentos.
-
- Compreender os a linguagem de textos científicos;
 - Apresentar o que é plágio e a importância de respeitar a propriedade intelectual;
 - Analisar textos jornalísticos, contemplando a intenção política dos objetivos do texto;
 - Definir projeto editoriale a importância de criar uma identidade nos textos do jornal da turma;
 - Contatar páginas e perfil referentes ao movimento negro, e apoio jurídico a quilombolas.
 - Participar de um evento científico (Seminário, Fórum, Ciclo de debates);
 - Utilizar editores de textos para elaborar os trabalhos;
 - Desenvolver técnicas de comunicação oral;
 - Elaborar referências de livros e textos de periódicos;
 - Expor a pesquisa realizada para a turma e debater a partir das comunicações, e auto avaliar o trabalho;
-

Preservar os saberes construídos	• Compreende o que é número de chamada, estrutura da CDD/CDU. • Compreender os que são repositórios institucionais; • Apresentar e discutir o conceito de Preservação digital. • Apresentar o que são anais de eventos. • Compreender técnicas de armazenamento de documentos em ambiente digital; • Utilizar o dropbox para armazenar informações organizando estruturas de classificação (pastas).
--	---

• **Atividades para o oitavo e nono ano do ensino fundamental**

Esta etapa contempla a realização de uma monografia e a organização de eventos (seminário, fórum, ciclo de debates). É a etapa que os alunos aplicarão os conhecimentos de todos os anos antecessores. Seguem as tabelas representando esses processos:

Tabela 4 - Monografia

MONOGRAFIA	
ETAPAS	ATIVIDADES
Identificar/reconhecer a necessidade de informação	Definir o tema da pesquisa
Caminhar a pesquisa	Escolher as fontes que serão utilizadas para o levantamento de dados

Peneirar as informações	Levantar os dados relevantes e definir instrumentos de coleta de dados.
Reunir o mais importante	Sintetizar as informações consultadas através de fichamentos, organizá-las através de mapas conceituais, gráficos, tabelas.
Contar/dialogar	Escrever o texto científico de acordo com as normas da ABNT e apresentar o trabalho final.
Preservar os saberes construídos	Preservar os documentos para que sejam consultados futuramente, tornando-os fontes de informação.

Tabela 5 – Planejamento de Eventos

PLANEJAMENTO DE EVENTOS	
ETAPAS	ATIVIDADES
Identificar/reconhecer a necessidade de informação	Definir o tema do evento
Caminhar a pesquisa	Investigar os assuntos que o tema contempla.
Peneirar as informações	Definir mesas, palestrantes e grupos de trabalho
Reunir o mais importante	Definir o cronograma do evento e materiais de divulgação.
Contar/dialogar	Divulgar o evento em diversas mídias e realizá-lo, e elaborar relatórios.
Preservar os saberes construídos	Divulgar anais e armazenar as informações sobre o evento de forma segura.

- Indicadores para avaliação

Os indicadores para a avaliação do aluno no programa de **Coinfo** foram

pensados com base nas propostas de Santos (2010), de modo a refletir a qualidade do processo de aprendizagem, serão contemplados de acordo com as atividades descritas acima, todas as atividades serão avaliadas a fim de acompanhar o desempenho do aluno e, se necessário, modificar as estratégias utilizadas:

- Testes (orais e escritos);
- Estudo de caso;
- Capacidade de trabalhar em grupo;
- Estabilidade emocional nas tomadas de decisão;
- Os portfólios;
- Os relatórios, resumos, fichamentos e resenhas contemplando a padronização da estrutura do trabalho (ABNT), a clareza de ideias, domínio da linguagem, coesão e coerência;
- Auto avaliação no qual o aluno expõe seus sentimentos e verifica o que pode melhorar para a aprendizagem;
- Avaliação do docente e do programa para que o mesmo seja revisto e aperfeiçoado constantemente.

de uma biblioteca com laboratório de informática. A reforma da instituição haja vista que a escola apresenta-se em péssimas condições estruturais (paredes, pintura

- Equipar a biblioteca com mobiliário, acervo (obras gerais e obras de referência e iconografia), mesas, cadeiras, tapetes e gaveteiros.
- Resultados esperados

Espera-se que este programa desperte nos docentes e discentes da instituição o prazer da pesquisa, bem como a torne fundamental para o desenvolvimento do processo educativo, nesta proposta, professores e discentes se tornam aliados na relação ensino aprendizagem, uma vez que as práticas correspondem a educação libertadora abordada por Paulo Freire (2011). Acredita-se que o programa contempla as atividades que devem ser realizadas para a efetivação da educação quilombola uma vez que valoriza os sentimentos do aluno enquanto construtor do seu próprio conhecimento.

Estima-se também que o desenvolvimento dessas atividades forme cidadãos críticos e conscientes nas decisões político-sociais que irá desenvolver ao longo da vida. Almeja-se que, ao formar professores competentes em informação os mesmos

tenham mais autonomia para elaborar seus planos de aula usando as fontes que preferir, entretanto contemplando os objetivos do PPP da escola.

Acredita-se que ao final do oitavo ano do ensino fundamental o estudante será competente em informação, mediante aprovação do Licenciado em Biblioteconomia responsável pelo programa. Espera-se também, que o Licenciado em Biblioteconomia seja considerado um profissional fundamental para elaborar e aplicar programas de competência em informação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso se propôs a apresentar o estudo de caso sobre o desenvolvimento de competências em informação na Escola Municipal de Santana. Contemplou o desenvolvimento de um projeto de extensão cujo objetivo principal era trabalhar a identidade mediante uma necessidade de sua afirmação para a permanência no território quilombola.

De acordo com relatos dos professores participantes o projeto realizado em 2011 e 2012 foi avaliado positivamente haja vista a mudança das perspectivas educativas, a reflexão a respeito da implementação da educação quilombola contemplando as diversidades desta comunidade, os estudos sobre a competência em informação e a educação quilombola foram aprofundados e foi criado um programa específico para a esta comunidade. O programa foi construído considerando as dimensões, diretrizes, legislações específicas. Utilizaram-se os autores renomados pelo fato deles defenderem a consideração do meio (ambiente) na educação, pois valorizam as diversidades socioculturais.

O programa envolve duas fases: a primeira trabalha o desenvolvimento de competências informacionais para os professores e a segunda pretende trabalhá-las nos discentes da Escola Municipal de Santana, pois, para que se formem discentes competentes em informação é preciso desenvolver competências nos docentes. Acredita-se que ao desenvolver tais competências o docente poderá pesquisar sobre outras estratégias de ensino que sejam mais adequadas a perspectiva de educação quilombola mediante o enraizado modelo tradicional que fez parte do currículo escolar até o ano de 2011 quando foi realizada a parceria com o NIESC.

O programa assume uma estrutura cíclica, vislumbra o processo de pesquisa como algo contínuo, e possui como identidade a promoção da democracia e a autonomia pelo aprendizado, é constituído de seis etapas nas quais serão desenvolvidas atividades para tornar docentes e discentes competentes em informação. A proposta é desafiadora, à medida que propõe reflexões e estimula o pensamento crítico de crianças e adolescentes que cursam o ensino fundamental da instituição. Também apresenta indicadores de avaliação considerando a auto avaliação e a avaliação do programa pelos alunos um processo de grande importância, reforçando assim o caráter autônomo e democrático do programa.

Durante a pesquisa, houve limitações referentes ao levantamento bibliográfico, primeiro por não existirem muitos programas com atividades sistematizadas que visem a competência em informação no Brasil. Aqui ainda está caminhando para a segunda fase da competência em informação (fase experimental e exploratória – com ênfase para o desenvolvimento de pesquisas para o âmbito educacional), até o momento, ainda dedica-se a consolidar uma base teórica através da comunicação científica. Outra limitação encontrada foi a baixa produção acadêmica na Biblioteconomia sobre o tema quilombos, tanto é que nas bases de dados Brapci e no Scielo foi encontrado apenas um resultado, mas não contempla o tema Competência em Informação.

Apesar das limitações, o objetivo geral da pesquisa foi atingido, uma vez que foi proposto um programa de competência em informação para a escola Municipal de Santana. Os objetivos específicos também foram contemplados no decorrer do trabalho já que representam etapas/fases para atingir o objetivo geral.

Este trabalho é relevante para a Biblioteconomia uma vez que contribui para o alcance da segunda fase da competência em informação porque propõe a experimentação de um programa no ambiente educacional. Também contribui por compreender a responsabilidade educativa do profissional de Biblioteconomia a medida que se estreita os laços entre a área e a educação.

Para o Licenciado em Biblioteconomia, este trabalho traz novas perspectivas quanto ao fazer profissional, uma vez que o insere no mercado de trabalho através da prática docente que é a missão da profissão. Entende-se que o licenciado, por estudar conteúdos pedagógicos em sua formação é o profissional mais adequado para a elaboração e implementação de programas de Coinfo. Se o programa for implementado na escola, proporcionará a comunidade quilombola de Santana outras dimensões no que se refere a promoção da cidadania e a autonomia no acesso, uso e análise de informações referentes a causa quilombola, ao desenvolvimento da comunidade, e a satisfação das inúmeras necessidades de informação deflagradas a partir do contato com a realidade de outras comunidades e com a pesquisa escolar.

Recomenda-se que a partir desta investigação que outros Programas de Coinfo sejam criados, e também que estimule pesquisas de profissionais da informação em comunidades tradicionais brasileiras, ocupando assim, ambientes não tradicionais para a atuação e atendendo a estes sábios usuários. Como este

trabalho contempla apenas o ensino fundamental, cabe instigar a ampliação deste trabalho, estendendo-o ao ensino médio e possivelmente, contemplando a educação infantil.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **A progress report on information literacy: an update on the American Library Association Presential Committee on Information Literacy: Final Report.** [S.I.] 1989. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/progressreport>> Acesso em 08 de jun. 2015.

ANASTASIOU, L.; ALVES, L. P. **Processos de Ensino na Universidade: Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula.** 8. Ed. Joinville: UNIVILLE, 2009. Capítulo 3 disponível em <http://trilobita.org.br/renato/wp-content/uploads/2012/04/estrategias.pdf>.

ARRUTTI, J. M. A. Qual a contribuição do debate sobre comunidades quilombolas para o debate do racismo ambiental? IN: HERCULANO, Selene & PACHECO, Tania. **Racismo ambiental- I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental.** Rio de Janeiro: FASE, 2006.

ASSMANN, H. A metamorfose do aprender na sociedade da informação. **Ciência da informação**, v. 29, n. 2, p. 7-15, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a02v29n2>> Acesso em: 31 de maio. 2015

BELLUZZO, R. Competências na era digital: desafios tangíveis para bibliotecários e educadores. **ETD: Educação Temática Digital**, v. 6, n. 2, p. 30-50, 2005.

BELLUZZO, R. **Curso de Competência em Informação.** Florianópolis: UDESC, 2011. Slides.

BELLUZZO, R. C. B. O uso de mapas conceituais e mentais como tecnologia de apoio à gestão da informação e da comunicação: uma área interdisciplinar da competência em informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação: Nova Série**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 78-89, dez. 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Diário Oficial. 1988.

BRASIL. **Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 31 de maio. 2015.

BRASIL. **Decreto nº. 4.887 de 20 de dezembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União, Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm> Acesso em: 31 de maio. 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes

Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, v. 67, Sessão 1, p. 32, 9 abr. 2002. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/destaques/Cartilha%20Quilombola-screen.pdf>> Acesso em: 08 de jun. 2015.

BRASIL. **Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003.** Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> acesso em: 31 de mar. 2015.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/publicacoes/brasilquilombola_2004.pdf> Acesso em: 04 de jun. 2015.

BRASIL. **Lei nº. 12.244 de maio de 2010.** Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Diário Oficial da União, Brasília, 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm> acesso em: 10 de jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). Texto-referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar quilombola. Brasília, DF: CNE, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Nath%20A1lia/Downloads/texto_referencia_educacao_escolar_quilombola.pdf> Acesso em: 08 de jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da Educação do Campo.** INEP. Brasília: 2007.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** nº 9394/96. Brasília : 1996.

BREIVIK, P. S. Putting libraries back in the information society. **American Libraries**, Chicago, v. 16, n. 1, 1985. Disponível em: < <http://connection.ebscohost.com/c/articles/4959375/putting-libraries-back-information-society>> Acesso em: 04 de jun. 2015.

CAMPELLO, B. **Biblioteca escolar:** temas para uma prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.3, p. 28-37, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/26/22>> Acesso em 08 de jun. 2015

CAMPELLO, B. **Letramento informacional no Brasil: práticas educativas de Bibliotecários em escolas de ensino básico**. 2009. 208f. Tese(Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CHACPE, Juliana Fernandes. **Territórios quilombolas e unidades de conservação de proteção integral: desafios da conciliação na Administração Federal**. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Sustentável,, Centro de Desenvolvimento Sustentável,, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15878/1/2014_JulianaFernandesChacpe.pdf>. Acesso em: 30 maio 2015.

CAREGNATO, S. E. O desenvolvimento de habilidade informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Rev. de Bibliotecon. & Comum.**, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, 2000. Disponível em <http://eprints.rclis.org/11663/1/artigoRBC.pdf>. Acesso em: 08 de maio 2015

UNESCO (Paris). RALPH CATTS (Org.). **Towards Information Literacy Indicators**. 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001587/158723e.pdf>>. Acesso em: 20 de jun. 2015.

DELORS, J. (Coord.) **Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. 2 ed. São Paulo Cortez, 1999. Disponível em <<http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/database/000046001-000047000/000046258.pdf>>Acesso em: 08 de jun. 2015

DUDZIAK, E. Informationliteracy: princípios, filosofia e práticas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./ abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0100-19652003000100003&pid=S0100-19652003000100003&pdf_path=ci/v32n1/15970.pdf> Acesso em: 08 de jun. 2015

DUDZIAK, E. Competência Informacional: análise evolucionária das tendências da pesquisa e produtividade científica em âmbito mundial. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 1-22, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/7045/6994>> Acesso em: 08 de jun. 2015

DURIGAN, G. M.; MORENO, N. A. O fluxo e a demanda de informação: a busca pelo ponto de equilíbrio na sociedade da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 7, n. 2, 2013. Disponível em <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2011/secin2011/paper/view/24>. Acesso em 05 maio 2015.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades quilombolas**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=88> Acesso em: 04 de jun. 2015

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 2, p. 03-11, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>. Acesso em 05 maio 2015.

GASQUE, K. C. G. D. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 39, n. 3, p. 83-92, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v39n3/v39n3a07.pdf>> Acesso em: 08 de jun. 2015.

GASQUE, K. C. G. D. **Letramento informacional : pesquisa, reflexão e aprendizagem**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2012. 183 p. Disponível em: <http://leunb.bce.unb.br/bitstream/handle/123456789/22/Letramento_Informacional.pdf?sequence=3>.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOBBS, E. **Era dos extremos: o breve século XX**. v.2, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KUHLTHAU, C. C. **Information skills for the information society: a review of research**. Syracuse, NY: Syracuse University, 1987.

KUHLTHAU, C. C. Information search process: A summary of research and implications for school library media programs. *School Library Media Quarterly* 18, 19-25. 1989.

LAU, J. Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente. 2007. Trad. Regina Célia Baptista Belluzzo. 2008. Disponível em: < <http://www.ifla.org/asset/files/assets/information-literacy/publications/ifla-guidelines-pt.pdf> > Acesso em: 20 de jun. 2015.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil : questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Portugal, v. 4, p.333-354, 15 jun. 2015. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf> Acesso em: 20 de jun. 2015.

MATA, M. L. da. **A Inserção da Competência Informacional nos currículos dos cursos de Biblioteconomia no Brasil e de Informação e Documentação na Espanha**. 2014. 196 f. Dissertação (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/110393>>. Acesso em 05 maio 2015.

MCKENZIE, J. The Research Cycle. **From Now On The Educational Technology Journal**. v. 9, n.4, December, 1999. Disponível em <<http://www.fno.org/dec99/rcycle.html>> Acesso em 20 de Maio de 2015.

MORESI, E. **Metodologia da pesquisa**. Brasília, 2003. Disponível em http://ftp.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1370886616.pdf

MORIN, E. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

NASCIMENTO, P. R. et al. Escola Municipal de Santana: passado, presente e futuro. IN: SEMINÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO - GEPEC/UFSCar. São Carlos, SP, 2013. **Anais eletrônico...** Disponível em: <<file:///C:/Users/Nath%20A1lia/Downloads/R23-ESCOLA%20MUNICIPAL%20DE%20SANTANA%20PASSADO-%20PRESENTE%20E%20FUTURO.pdf>> Acesso em: 31 de maio. 2015.

NOVO, A. **Colaboração e literacia da informação nas escolas: uma responsabilidade partilhada**. 2015. Disponível em: <<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3930/1/Comunica%20A7%20A3o%20-%20203%20BA%20congresso%20LMC%20-%20Abril%202015%20-%20Ana%20Novo.pdf>> Acesso em: 31 de maio. 2015

NUNES, G. H. **Educação quilombola: orientações e ações para educação das relações étnico-raciais**. Brasília: [s.n.], 2006.

OLIVEIRA, L. R. **Alfabetização informacional na sociedade da informação**. 1997. 216f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Minho. Programa de Mestrado em Educação. 1997. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/retrieve/52/LIVRO+Mestrado.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2015

OLIVEIRA, S. N. de. Educação Escolar Quilombola: uma narrativa do processo de produção das diretrizes curriculares no estado da Bahia e em nível nacional. **O Social em Questão**. n. 32, p.127-150. 2014.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

PAULA, J. L, M. de. **A jurisdição como elemento de inclusão social: revitalizando as regras do jogo democrático**. São Paulo: Malone, 2002.

PEREIRA, K.C.S; MENDONÇA, T.C. Quilombo de Santana: tensões na luta pelo território. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 8, 2014. **Anais eletrônico...** Disponível em :<http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404148468_ARQUIVO_QUILOMBODESANTANAASTENSOESNALUTAPELOTERRITORIO.pdf> Acesso em: 31 de maio. 2015.

REIS, M. A. **Educação como Patrimônio Pessoal e Cultural: Etnoconhecimento para um EtnoReconhecimento: PROETNO VI. Projeto de extensão UNIRIO/FAPERJ. 2011. MATERIAL NÃO PUBLICADO.**

REIS, M. A. **Relatório final do Programa Etnoconhecimento para um EtnoReconhecimento: PROETNO. Projeto de extensão UNIRIO/FAPERJ. 2012. MATERIAL NÃO PUBLICADO.**

ROMEIRO, N. L. Documentação e memória: a trajetória da história do quilombo de Santana através da narrativa. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/viewFile/1697/1147>> Acesso em: 08 de jun. 2015.

ROPÉ, F. Dos saberes às competências. In: ROPÉ, F.; TANGUY, L. **Saberes e Competências**. Campinas, SP: Papirus, 1997. p. 69-102.

SANTOS, J. **Educação profissional e práticas de avaliação**. São Paulo: Senac São Paulo, 2010.

SCHMITT, A., TURATTI, M. C. M., CARVALHO, M. P. C. A Atualização do Conceito de Quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v.5, 129-136, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf> > Acesso em: 08 de jun. 2015.

SCONUL. **Information skills in higher education** : a SCONUL position paper. 1999. Disponível em: <http://www.sconul.ac.uk/groups/information_literacy/seven_pillars.html>. Acesso em: 31 de mar. 2015

SILVA, L. M. O. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. São Paulo: Centro de Memória Unicamp, 1996.

SILVA, M. O. Saindo da invisibilidade- a política nacional de povos e comunidades tradicionais. **Inclusão social**, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/viewFile/91/98> > Acesso em: 08 de jun. 2015.

SILVA, G. M. da. **Educação como processo de luta política: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das Crioulas**. 2012. 199 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SIQUEIRA, I. C. P.; SIQUEIRA, J. C. Information literacy: uma abordagem terminológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., Rio de Janeiro, 2012 **Anais eletrônico...** Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1340/Siqueira_Siqueira.pdf?sequence=1> . Acesso em: 25 jul. 2014.

SOUZA, L.O, et al. Levantamento socioeconômico, cultural, educacional e ambiental da comunidade Quilombo de Santana. 2013. MATERIAL NÃO PUBLICADO.

TAYLOR, R. Reminiscing about the future: professional education and the information environment. **Library Journal**, New York, v.104, n.16, p.1871-1875, Sep.1979.

Carta de Marília. 2015. Disponível em:
<http://www.ofaj.com.br/textos_conteudo_print.php?cod=546> Acesso em: 08 de jun. 2015.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de pesquisa em administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Competência informacional—bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 130-141, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a09.pdf>> Acesso em: 08 de jun. 2015.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Dimensões da Competência Informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40 n. 1, p.99-110, 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/1918/1397>> Acesso em 08 de jun. 2015.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, Alexis N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem** (coletânea de textos). São Paulo: Ícone, 1988.

WOLF, S.; BRUSH, T.; SAYE, J. The Big Six Information Skills as a Metacognitive Scaffold: A Case Study. **School Library Media Research**, v. 6, 2003. Disponível em:
<http://www.ala.org/aasl/sites/ala.org.aasl/files/content/aaslpubsandjournals/slr/vol6/SLMR_BigSixInfoSkills_V6.pdf> Acesso em: 31 de maio. 2015.